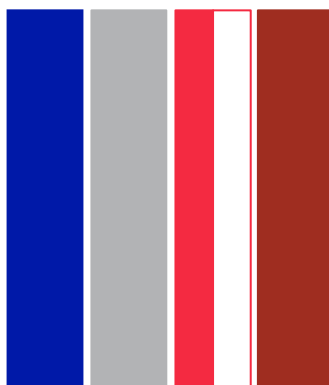


MESTRADO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

**Pode o paradigma político influenciar a
presença mediática dos partidos na imprensa?
A perspetiva de dois intervenientes, os
partidos políticos e a imprensa nacional**
Ana Carolina Serrano Gomes

M

2024



Carolina Gomes

Pode o paradigma político influenciar a presença mediática dos partidos na imprensa? A perspetiva de dois intervenientes, os partidos políticos e a imprensa nacional

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ciência da Comunicação, orientada pela Professora Doutora Helena Lima

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Aos 50 anos da democracia portuguesa:

*“Tenhamos a humildade e a inteligência de preferir sempre a democracia, mesmo
imperfeita, à ditadura.”*

Marcelo Rebelo de Sousa

Sumário

Declaração de honra / <i>Declaration of Honour</i>	5
Agradecimentos	6
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de Figuras	9
Índice de Tabelas.....	10
Lista de abreviaturas e siglas.....	11
Introdução.....	12
1.Revisão Da Literatura	14
1.1. A democracia	14
1.2. Opinião Pública e os Media	22
1.3 . As funções e modelos dos Media	23
1.4 . A relação dos Media e a Política.....	27
1.5. O caso Português.....	30
2.Metodologia	41
3.Apresentação e Discussão de Resultados	47
3.1. Análise de Conteúdo	47
3.2. Análise de Discurso	49
3.1.1. Análise de Discurso: Por Categorias	53
Considerações Finais	62
Referências Bibliográficas	65

Declaração de honra / *Declaration of Honour*

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referenciação. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

I hereby declare that this dissertation is of my authorship and has not been used previously in another course, degree, curricular unit or subject, at this or any other institution. References to other authors (statements, ideas, thoughts) scrupulously respect the rules of attribution and are duly indicated in the text and bibliographical references, in accordance with the rules of referencing. I am aware that the practice of plagiarism and self-plagiarism is an academic offence.

Declaro, ainda, que não utilizei ferramentas de inteligência artificial generativa (chatbots baseados em grandes modelos de linguagem) para realização de parte(s) da presente dissertação, encontrando-se todas as interações (prompts e respostas) transcritas em anexo.

I further declare that I have not used generative artificial intelligence tools (chatbots based on large language models) to carry out part(s) of this dissertation, and that all interactions (prompts and responses) have been transcribed in the annex.

Aveiro, 09 de setembro de 2024

Ana Carolina Serrano Gomes

Agradecimentos

Este trabalho foi a parte mais complicada de um percurso acadêmico cheio de momentos felizes. Porém, não foi um caminho que percorri sozinha e agradeço a todos os que fizeram parte dele.

À Professora Doutora Helena Lima, o meu especial agradecimento pela disponibilidade, por toda a ajuda e pela compreensão nos momentos mais complicados deste período. Muito obrigada, Professora.

À minha família, tenho a sorte de ter uma alargada rede de apoio e suporte: ao meu Pai, à Cristina, ao meu Tio, à minha Madrinha, aos meus Primos, ao meu Avô e à minha Avó, devo-vos muito do que sou hoje e não estaria onde estou sem vocês.

Às pessoas que me acompanharam no meu percurso académico, às minhas amigas, Rita, Tânia e Laura, que me aturaram e continuam, por motivo que me é desconhecido, a ser presença constante na minha vida. E à Sofia que durante o desenvolvimento deste trabalho me acompanhou, apoiou e nunca me deixou cair, o meu obrigada.

Por fim, à minha Mãe, que não só me ajudou nesta dissertação, mas também acompanha todos os meus desafios e é um porto seguro a quem sei que posso sempre voltar. Obrigada, Mãe!

Resumo

O populismo é um dos mais predominantes desafios dos sistemas democráticos atuais (Olivas Osuna, 2021). Este estudo pretende contribuir para uma melhor compreensão das estratégias discursivas populistas utilizadas pelo partido Chega e da cobertura mediática deste tipo de partidos. A amostra deste estudo foram os jornais Público e Correio da Manhã durante o período de cobertura eleitoral das eleições legislativas de 2024, realizando-se um estudo de metodologia mista com uma análise de conteúdo quantitativa e uma análise discursiva qualitativa. Conclui-se, através da análise de conteúdo, que houve um maior destaque dado ao Chega no Público comparativamente ao destaque dado pelo Correio da Manhã, no período referido anteriormente. Para além disso, na análise discursiva foi possível concluir que existiam estratégias populistas discursivas na comunicação do Chega, refletidas principalmente numa visão antagónica da sociedade e em várias críticas à moralidade dos adversários políticos. A análise discursiva permitiu também uma comparação entre o partido Chega e o partido Vox, que revelou algumas semelhanças, nomeadamente nas categorias já referidas. Porém, registaram-se também algumas diferenças nomeadamente na forma distinta como é assumido o papel de liderança de André Ventura em comparação com Santiago Abascal, líder político do Vox. Estes resultados foram discutidos de forma mais aprofundada e comparados com aspetos referidos na literatura. Por fim, são também apresentadas algumas limitações do estudo e sugestões para investigação futura.

Palavras-chave: Democracia, Populismo, Imprensa, Portugal, Chega

Abstract

Populism is one of the most prominent challenges of democratic systems (Olivas Osuna, 2021). This study intends to contribute to a better understanding of populist strategies used by the Portuguese party Chega and the media coverage of this type of party. The sample used was from the Portuguese newspapers Público and Correio da Manhã, during the period of electoral coverage of the legislative elections of 2024, with a study of mixed methodology: content analysis and discursive analysis. It was possible to conclude, through the content analysis, that Público gave more coverage to Chega when compared to Correio da Manhã in the same period. Furthermore, the discursive analysis showed that there were populist strategies used in the communication of Chega, reflected in an antagonistic view of society and a lot of moral criticism of the other politicians in the race. The discursive analysis also showed similarities between Chega and, the Spanish party, Vox, mainly in the categories mentioned before. However, there were also some distinctions, like the role played by André Ventura of Leadership, that is not replicated by Santiago Abascal, leader of party Vox. These results were discussed in a more in-depth way and compared to other aspects referred to in literature. In the end, some limitations of the study are discussed, and suggestions for future research.

Key-words: Democracy, Populism, Press, Portugal, Chega

Índice de Figuras

FIGURA 1 – RESULTADOS OFICIAIS POR PARTIDO, BLOCO POLÍTICO E ABSTENÇÃO DAS ELEIÇÕES DE 2019, 2022 E 2024.....	39
FIGURA 2 – FIGURA DE DISPERSÃO DA PRESENÇA DAS CATEGORIAS POR JORNAIS E NO TOTAL	52

Índice de Tabelas

TABELA 1- DADOS DE 2024 DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA O CONTROLO DE TIRAGEM E CIRCULAÇÃO ..	41
TABELA 2 – ANÁLISE DE CONTEÚDO: CATEGORIA 1	47
TABELA 3 -ANÁLISE DE CONTEÚDO: CATEGORIA 2	48
TABELA 4 - ANÁLISE DE CONTEÚDO: CATEGORIA 3	49
TABELA 5 - CARACTERIZAÇÃO DOS TEXTOS ANALISADOS	50
TABELA 6 - ANÁLISE DE DISCURSO: RESULTADOS POR CATEGORIAS	51
TABELA 7 - ANÁLISE DISCURSIVA: CATEGORIA 1.....	53
TABELA 8 - ANÁLISE DE DISCURSO - CATEGORIA 2.....	54
TABELA 9 - ANÁLISE DE DISCURSO: CATEGORIA 3.....	56
TABELA 10 - ANÁLISE DE DISCURSO: CATEGORIA 4.....	57
TABELA 11 - ANÁLISE DE DISCURSO: CATEGORIA 5.....	57
TABELA 12 - Nº DE VEZES DA PALAVRA POPULISTA/POPULISMO.....	60

Lista de abreviaturas e siglas

FPTP	FIRST PAST THE POST
STV	SINGLE TRANSFERABLE VOTO
LIST PR	LIST PROPORTIONAL REPRESENTATION
PCP	PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
PS.....	PARTIDO SOCIALISTA
PSD	PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
CDS-PP	CENTRO DEMOCRÁTICO SOCIAL – PARTIDO POPULAR
PPM	PARTIDO POPULAR MONÁRQUICO
PRD	PARTIDO RENOVADOR DEMOCRÁTICO
PÀF.....	PORTUGAL À FRENTE
BE.....	BLOCO DE ESQUERDA
PAN.....	PESSOAS ANIMAIS NATUREZA
L	LIVRE
IL	INICIATIVA LIBERAL
CH	CHEGA
AD	ALIANÇA DEMOCRÁTICA

Introdução

A democracia, apesar de se ter afirmado, como sistema político, no final do século XX e início do século XXI, tem enfrentado, nos últimos anos, novos desafios com o aumento do autoritarismo e o crescimento da extrema-direita em vários sistemas representativos. Estudos relativos ao atual estado da democracia referem recuos de mais de 35 anos na qualidade e quantidade deste sistema político (Coppedge et al., 2023). Assim um dos objetivos, desta dissertação, passa por estudar as diversas conceções sobre os regimes democráticos, o seu estado atual, particularmente em termos de ameaças, tendo como base as principais tendências referidas na literatura.

Considerou-se igualmente importante compreender o impacto da opinião pública e como esta se reflete na democracia representativa e o papel dos media na formação da opinião pública. Neste sentido, fez-se um estudo mais aprofundado das respetivas funções e modelos teóricos dos media.

No enquadramento conceptual, nomeadamente na relação dos media com a política, foram tidos como fundamentais os conceitos de *agenda-setting*, *spin-doctors* e populismo. Este último assume um papel significativo, sendo considerado um dos maiores desafios da atualidade (Osuna, 2021).

Na Europa, a presença de partidos populistas de extrema-direita é uma preocupação, principalmente pelos efeitos que poderão perdurar nos diferentes países (Rivero, 2019). Muitos destes movimentos de extrema-direita surgiram após a crise financeira de 2008 que levou a uma insatisfação generalizada com os partidos no poder. Pela proximidade geográfica e cultural a Portugal, achou-se pertinente estudar os estilos discursivos do partido espanhol Vox, principalmente os que se enquadram no modelo populista.

Como em Portugal, a extrema-direita chegou apenas em 2019 com a eleição de André Ventura, pelo partido Chega, procurou-se compreender as especificidades do sistema político português, os impactos da transição democrática portuguesa e as tendências que assumiu durante os seus 50 anos de existência. No ano em que a democracia portuguesa completou 50 anos, o Chega conseguiu 50 deputados, numa votação inédita em Portugal que desafiou e quebrou tendências no regime político da III República.

Assim, esta dissertação pretende ser um contributo para uma melhor compreensão do paradigma político e da presença mediática dos partidos na imprensa, no contexto político português. Procurou-se estudar a comunicação do Chega nas eleições legislativas de 2024, no período de cobertura eleitoral definido pela Comissão Nacional de Eleições. No sentido de garantir uma investigação mais substantiva, estudou-se a referida comunicação em dois jornais diários portugueses, Público e Correio da Manhã. A partir de uma metodologia mista, foram realizadas uma análise de conteúdo e uma análise discursiva, com objetivos distintos e complementares entre si.

Na análise de conteúdo pretendeu-se compreender se existiam diferenças significativas entre os dois jornais, no destaque dado ao partido Chega, durante o período de cobertura eleitoral.

Na análise discursiva procurou estudar-se o caráter populista na comunicação do Chega, quer por discurso direto dos seus dirigentes partidários, como também as características populistas com maior ressonância no público, essencialmente através dos editoriais e artigos de opinião. Este estudo seguiu uma metodologia proposta de Olivas Osuna (2021) que categoriza o populismo em: 1. Representação antagónica da Sociedade, 2. Moralidade, 3. Construção da Sociedade, 4. Soberania Popular e 5. Liderança.

Este trabalho pretende contribuir para uma compreensão mais alargada das características deste novo partido do sistema político português. Contempla também uma vertente comparativa, quer entre os dois jornais, quer entre os partidos Chega e Vox.

1. Revisão Da Literatura

1.1. A democracia

A democracia é um sistema político que procura entregar a soberania ao povo, seja de forma direta ou indireta. Nas democracias atuais, um dos valores fundamentais é o princípio da representatividade. Por serem sistemas indiretos, o recurso a eleições permite confiar ao povo a definição dos seus futuros representantes. A democracia é o sistema político mais consensual, principalmente por ser o que mais se aproxima de ideais como a autoridade legítima, a igualdade política, a liberdade e o interesse comum (Held, 2008). Aliás, a grande maioria da população considera-se democrata, desde os liberais aos conservadores, dos socialistas aos comunistas e até fascistas proclamam virtudes democráticas (Heywood, 2003). Porém, este compromisso alargado com a democracia é um fenómeno bastante recente (Held, 2008).

A literatura indica que, no início do século XX, existiam 29 países democráticos que eram o resultado da primeira onda de democratização, que durou mais de 100 anos (Huntington, 1991). A chegada de Mussolini ao poder, em 1922, marcou o começo de uma tendência contrária, um significativo revés para a democracia, que contou com um reforço significativo do Nazismo na Alemanha, verificando-se uma redução no número de países democráticos, que passou a ser de apenas 12 (Huntington, 1991). Neste mais recente século da história democrática, é possível comprovar a fragilidade da democracia como sistema político e modelo governativo, principalmente quando o Fascismo e o Nazismo chegaram tão perto de a erradicar na Europa (Held, 2008). Porém, apesar desta fase negativa e bastante marcante para os sistemas políticos, após a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, viveu-se um novo período de ascensão no número de países democráticos, atingindo-se o valor de 36 países com democracias implementadas (Huntington, 1991). Em 1974, após uma ligeira queda da tendência prévia com seis países a deixarem de ser democráticos, surgiu a terceira onda de democratização, que até 1990 resultou numa duplicação dos países democráticos, com mais 30 países a implementarem sistemas democráticos, valor no qual Portugal reconhecidamente se insere (Huntington, 1991).

No século XX, a democracia passou por períodos extremamente problemáticos, nomeadamente com o crescimento do Fascismo no centro da Europa. No entanto, a terceira onda de democratização surge ainda na segunda metade do século XX, após a vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. Assiste-se então a valores recorde tanto no número de sistemas democráticos implementados como na qualidade dos mesmos.

Mas, qual o estado da democracia nos dias de hoje? Estaremos ainda num período de evolução da terceira onda de democratização, iniciada em 1990? Ou, como as outras ondas democráticas de Huntington encontrou, já o seu reverso?

Caracterizar o estado atual da democracia no mundo é um desafio complexo cuja análise deve ter em consideração as diversas perspetivas. Segundo Herre (2022), por exemplo, houve um aumento sustentável de países democráticos, que em 2016 atingiu o valor máximo de 96 países. Até 2022, houve uma diminuição do valor registado anteriormente, para 90 países, mas este revés era, de acordo com o autor, limitado e incerto, mantendo uma visão otimista relativamente ao futuro da democracia (Herre, 2022). A literatura mostra que outros autores apresentam visões mais preocupantes do estado atual da democracia.

Lührmann e Lindberg (2018) referiam que a terceira onda de autocratização era já uma realidade, afetando um número significativo, sem precedentes, de sistemas democráticos. Para além do impacto numérico é ainda discutido o processo distinto de autocratização desta terceira onda, caracterizando-o assim como movimentos que pretendem imitar as instituições democráticas enquanto procuram, simultânea e ativamente, erodi-las das suas funções. Este processo de autocratização é mais demorado, mas também mais clandestino do que movimentos anteriores, levantando assim problemas na identificação destes fenómenos em tempo útil. Esta preocupação é agravada pela escassez de episódios de autocratização, iniciados em sistemas democráticos, que foram travados antes de se tornarem países autocráticos (Lührmann & Lindberg, 2018).

Com duas perspetivas tão distintas e que ainda não contam com os dados mais atuais, torna-se importante aprofundar e analisar as versões recentes dos relatórios que

constituíram a base das teorias anteriormente apresentadas: *“Varieties of Democracy”*¹ e *“Freedom in the World”*.²

O relatório *“Varieties of Democracy”* é um dos mais reconhecidos estudos anuais sobre a qualidade da democracia, cuja metodologia conta com a maior base de dados global sobre a democracia e mais de 3000 peritos e investigadores, medindo centenas de atributos dos diversos sistemas democráticos. Em 2023, o relatório refere que todos os avanços democráticos desde 1986 foram totalmente apagados, ou seja, atualmente o nível de democracia vivido pelo cidadão comum regrediu para níveis registados há mais de 35 anos (Coppedge et al., 2023). Mas antes de ser possível compreender e explorar estas conclusões importa perceber os quatro tipos de sistemas no qual este se baseia: autocracia fechada, autocracia eleitoral, democracia eleitoral e democracia liberal.

As autocracias fechadas são regimes nos quais um indivíduo ou um grupo detém todo o poder sem quaisquer limitações impostas pelo povo, enquanto as autocracias eleitorais tentam imitar os sistemas democráticos, mas falham substancialmente na sua autenticidade e qualidade (Coppedge et al., 2022). Para um país ser considerado um sistema democrático, ou seja, democracias eleitorais, são necessários níveis suficientemente altos de eleições livres e justas como também sufrágio universal, liberdade de expressão e de associação (Coppedge et al., 2022). Já uma democracia liberal, para além de cumprir com todos os requisitos da democracia eleitoral, tem também limitações legislativas e judiciais sobre o poder e garante a igualdade e proteção das liberdades civis perante a lei. O processo de mudança de uma autocracia fechada até uma democracia liberal é a denominada democratização, sendo o seu reverso a autocratização (Coppedge et al., 2023).

O relatório *“Varieties of Democracy”* de 2023 e os dados apresentados são mais condizentes com as ideias e tendências apresentadas por Lührmann e Lindberg (2018). Para além da democracia ter regredido para níveis de 1986, é também referido que, pela

¹ Disponível em: https://www.v-dem.net/documents/29/V-dem_democracyreport2023_lowres.pdf

² Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2023/marking-50-years-struggle-democracy>

primeira vez em mais de duas décadas, existem no mundo mais autocracias fechadas do que democracias liberais. Se a análise for realizada tendo em conta os valores populacionais esta diferença torna-se ainda mais preocupante, com 2.2 biliões de pessoas a viver em autocracias fechadas e, apenas, um bilião de pessoas a viver em democracias liberais (Coppedge et al., 2023). Se se dividir os quatro tipos de sistemas em dois, há ligeiramente mais democracias do que autocracias, 90 e 89 respetivamente, porém quando se analisa os níveis populacionais, mais de 70% da população vive em autocracias, quer sejam eleitorais ou fechadas (Coppedge et al., 2023).

Tendo exclusivamente em conta os dados e as conclusões do relatório *“Varieties of Democracy”* é impossível negar que a terceira onda de autocratização é já uma realidade. O relatório refere recuos de mais de 35 anos na qualidade da democracia vivida pelo mundo, começando já a invalidar avanços conseguidos pela terceira onda de democratização e validando por completo a perspetiva de Lührmann e Lindberg (2018) de uma terceira onda de autocratização sem precedentes. Porém, o relatório *“Freedom in the World”* apresenta uma perspetiva algo diferente e, de certa forma, distancia-se desta visão mais negativa pela referência a tendências um pouco mais animadoras.

O relatório *“Freedom in the World”* de 2023 refere que é possível que, em 2022, se tenha atingido um ponto de viragem, isto porque, após 17 anos de deterioração da democracia, a margem entre os países que melhoraram, 34, e os países que pioraram, 35, em direitos civis e políticos, é a mais reduzida desde 2006 (Freedom House, 2023). É importante contemplar a hipótese de que, apesar de se continuar a observar desgaste da democracia no mundo, se esteja, simultaneamente, a aproximar uma fase mais positiva para a evolução dos direitos civis e políticos na sua generalidade. No entanto, o relatório refere que o ambiente é bem mais hostil para os esforços de democratização do que após o fim da Guerra Fria e que democracias jovens são, também, muito mais difíceis de manter e proteger. Mas a principal ideia deste relatório é a de que o progresso democrático, por mais duro que seja o contexto, será sempre possível e que a procura pela democracia nunca terminará enquanto houver desejo de liberdade (Freedom House, 2023).

Huntington (1991) referia que a História tinha provado que tanto os otimistas como os pessimistas estavam errados sobre a democracia e que eventos futuros seriam alvo do mesmo tipo de análises. Poder-se-á estar a assistir ao mesmo tipo de cenário referido por Huntington (1991), dadas as significativas diferenças entre as perspetivas anteriores. Apesar disto, e das suas claras diferenças, estas perspetivas têm um ponto em comum, todas referem tendências menos positivas e a deterioração do estado da democracia no mundo, tornando-se assim relevante relembrar que a luta pela manutenção, proteção e desenvolvimento da democracia permanece necessária em qualquer contexto.

Para serem possíveis e eficazes quaisquer esforços pela restauração e evolução democrática, é fundamental uma correta perceção do que é a democracia (Freedom House, 2022). Como já foi referido, a maioria da população considera-se democrata, porém, não há um claro consenso sobre o que é e o que deve ser a democracia, vivendo-se assim a era da democracia confusa (Sartori, 1987). Consequentemente, a democracia já foi aplicada em contextos bastantes distintos, desde os países mais livres e democráticos do mundo aos países como a Coreia de Norte, que é oficialmente denominada como “República Democrática da Coreia”, cuja indevida apropriação da palavra comprova, também, o seu apelo universal (Freedom House, 2022). Por tudo isto e considerando os atuais processos de autocratização, a democracia corre o risco de, por tudo poder significar, passar a não significar nada (Heywood, 2002). Apesar da importância da definição da democracia, o seu significado continua, e provavelmente continuará sempre, indefinido (Held, 2006). O debate sobre o que a democracia é ou deveria ser, permanecerá mesmo dentro dos seus apoiantes, sendo importante referir que o melhor local para esse debate é o interior do próprio sistema democrático (Ignatieff, 2022).

Mas então como é que se pode definir a democracia? Apesar de não haver uma definição que garanta um consenso generalizado sobre tudo o que a democracia é ou pode vir a ser, é importante que haja um conjunto de princípios e características que sirvam de definição base para sistema democrático. Segundo Sartori (1987), para começar a definir democracia, a maneira apropriada é a análise da própria palavra, no

seu sentido etimológico, “*demokratia*” significa poder, “*kratia*”, ao povo, “*demo*”. A palavra surge na Grécia Antiga, considerada o berço da democracia ocidental, num contexto de democracia direta e no qual o nível de participação política e cívica era notável (Heywood, 2002). Porém este nível de participação política só era possível através da exclusão da maioria da população, nomeadamente as mulheres e os escravos, que não tinham qualquer tipo de direito político ou civil (Dryzek, 2008). Apesar de restrições à participação política não serem fenómeno único da democracia da Grécia Antiga, a existência da escravatura e a segregação completa das mulheres faz com que este sistema, que deu nome à democracia, possa ser visto como a antítese da democracia ideal (Heywood, 2002).

Portanto, apesar do significado literal e o contexto no qual este surge serem importantes para perceber as origens da democracia, assim como o caminho já percorrido, não nos permite compreender ou definir o conceito na sua totalidade e verdadeira essência (Sartori, 1987). No entanto, apesar da democracia da Grécia Antiga não ser um sistema viável ou desejável na sociedade moderna, serve de base para o princípio democrático da participação política. Porém, dada a escala das democracias modernas, o sistema direto tornou-se impraticável e evolui-se para a ideia de que qualquer tipo de participação, por mais pequena que seja, é sempre útil (Mill, 1861).

A potencialidade das democracias modernas de grande escala surgiu através de sistemas indiretos representativos, nomeadamente do sistema de democracia representativa (Dalton, 2011). A democracia representativa é um sistema que procura garantir o direito de participação política através da representatividade, conceito intrinsecamente ligado com as eleições e o voto (Heywood, 2003). E, apesar da definição de democracia ser bem mais complexa do que a definição do sistema representativo, esta é a base sobre a qual, praticamente todos os sistemas democráticos operam, existindo o consenso de que a democracia representativa é, em qualquer uma das suas variantes, a forma ideal de governo (Mill, 1861). No processo da democracia representativa, e apesar de não ser condição exclusiva, é amplamente aceite o papel central e absolutamente necessário das eleições. “Elections are seen as nothing less than democracy in practice” (Heywood, 2003, pp. 198).

As eleições devem não só garantir o consentimento da população concedendo legitimidade à governação, como também responsabilizar os representantes oficiais eleitos perante o público (Dalton, 2011).

O processo democrático e eleitoral, depende assim de uma ligação constante e eficiente entre representantes e representados (Dalton, 2011). Apesar da importância deste processo, surge, com igual importância, um fenómeno mais efêmero que culmina no dia da eleição, nomeadamente na forma como os votos de uma eleição se traduzem em cargos ganhos por candidato ou partido (Reynolds, 2005). A escolha de um sistema eleitoral é uma das mais importantes escolhas institucionais de qualquer democracia, principalmente quando se compreende que diferentes sistemas eleitorais, com o mesmo contexto e os mesmos votos, resultam em diferentes cenários governativos (Reynolds, 2005). Porém, esta decisão pode tornar-se particularmente difícil pela grande variedade de opções e tipos de sistemas, principalmente quando nenhum consegue satisfazer todas as necessidades, significando assim que escolhendo um sistema eleitoral valorizam-se uns valores à custa de outros (Dahl, 1998).

Os sistemas eleitorais podem ser divididos em três grandes famílias: sistemas de maioria/pluralidade, sistemas de representação proporcional e sistemas mistos (Reynolds, 2005). Os sistemas de maioria/pluralidade são sistemas que, após os votos serem totalmente contados, os candidatos ou partidos com mais votos são declarados os vencedores (Heywood, 2003). Nesta família de sistemas eleitorais destaca-se o sistema *First Past The Post* (FPTP), no qual o candidato com mais votos ganha, mesmo não tendo uma absoluta maioria, sendo possível, no seu extremo, que um candidato ganhe com apenas mais um voto do que o seu adversário (Reynold, 2005). O FPTP é um sistema simples de usar, aplicar e compreender, no qual é providenciada uma escolha clara, ou mais simplista, entre dois principais partidos tornando-se também mais eficaz a excluir partidos mais extremistas (Reynold, 2005). Por outro lado, é referido, pelos críticos deste tipo de sistema eleitoral, que o FPTP falha, normalmente, o teste da representação justa (Dahl, 1998). Ainda dentro das desvantagens é um sistema que exclui partidos mais pequenos, por exemplo um partido com 10% de votação não

assegura representação, e leva a um grande número de votos desperdiçados (Reynold, 2005).

Os sistemas de representação proporcional funcionam através da tradução da percentagem de votos no correspondente número de lugares, existindo dois grandes sistemas: *Single Transferable Vote* (STV) e *List Proportional Representation* (List PR) (Reynold, 2005). No sistema List PR cada partido apresenta uma lista de candidatos para todos os lugares de determinado distrito eleitoral. Consequentemente, após a votação, determina-se o número de lugares que cada partido elegeu e, automaticamente, os representantes eleitos (Reynold, 2005). A principal vantagem deste tipo de sistema é a sua maior capacidade e eficiência em produzir legislaturas representativas, não havendo tantos votos desperdiçados. Por outro lado, resulta em mais governos de coligação, que podem significar alguma incapacidade em aplicar políticas coerentes e rápidas e são também uma melhor plataforma para partidos extremistas (Reynold, 2005).

Estes dois sistemas, FPTP e o List PR, são destacadamente os sistemas mais utilizados nas democracias do mundo, aliás em 2004 cerca de 23,6% e 35,2% das democracias eram representadas por estes dois sistemas respetivamente (Reynold, 2005). Segundo Dahl (1998), os sistemas de representação proporcional são mais comuns entre democracias antigas e que os sistemas de maioria/pluralidade e os mistos são mais naturais em democracias mais novas. Porém, as evidências vão noutro sentido, uma vez que, dos valores referidos, 32,4% das democracias em sistema FPTP são democracias mais antigas e 61,3% das democracias em sistemas List PR são democracias mais recentes (Reynold, 2005).

Apesar da prevalência e importância destes dois sistemas eleitorais na democracia representativa, Przeworski (1999) aponta uma crítica à estagnação das instituições democráticas, que, desde o final do século XVIII, se limitaram a combinar, de formas distintas, instituições já existentes. O autor refere que a última grande descoberta institucional foi, em 1860, o sistema eleitoral de representação proporcional. Esta crítica à democracia e às suas instituições, reflete a realidade dos sistemas eleitorais e dos seus compromissos, sendo que desvantagens como a representação ineficaz e a incapacidade de resposta eficiente são bastante significativas no sistema de

democracias representativas. Apesar das imperfeições de todos os sistemas eleitorais e, consequentemente, das eleições a responsabilização do poder centralizado e as suas funções de representatividade da opinião pública não podem ser desvalorizadas (Heywood, 2003).

1.2. Opinião Pública e os Media

A opinião pública que, a partir do século XX, começou a ser percecionada como a agregação das preferências do indivíduo e do grupo está intimamente ligada à democracia representativa, pela relação que permite criar entre as pessoas e os seus líderes, ao informar os decisores políticos da vontade das pessoas (Gunnell, 2011; McLean, 2009). No seguimento disso, Sartori (1987) refere ainda que a opinião pública, no seu formato e na realidade existente, é a base da democracia representativa, enfatizando que “Free elections with unfree opinion express nothing” (pp. 87). Perante o conceito de opinião pública levanta-se a questão: como se forma a opinião pública, quais os fatores que a influenciam?

Assim, é importante compreender que a maioria das opiniões são formadas sobre eventos que não são vividos ou experienciados diretamente, levando assim à criação de opiniões, não com base nos acontecimentos, mas sim na representação mental que se forma dos mesmos (Lippman, 1922). A apresentação dos acontecimentos de forma isenta e imparcial, por parte de uma organização independente e perita é assim fundamental para o bom funcionamento da democracia representativa. Este é o papel social atribuído à imprensa, da qual se espera a divulgação isenta dos factos (Lippman, 1922). O papel que os media assumem torna-se assim imperativo, tendo em conta que afetam o que é, ou não é, conhecido, dependendo do que relatam, ou falham em relatar (Curran, 2011). A ideia de um consenso generalizado sobre a importância dos jornais e a sua influência na opinião pública era defendida por Lunderberg (1929) que os considerava o fator mais poderoso, se não o fator determinante. Esta ideia evoluiu e, no final do século XX, passou-se a atribuir este papel, não só aos jornais, mas aos media como um todo, que, de acordo com Sartori (1987), assumem o maior e mais central papel na formação da opinião pública.

Porém, e apesar do papel dos media na formação da opinião pública ser fundamental num sistema de democracia representativa, os media assumem ainda outros papéis considerados essenciais para o bom funcionamento democrático. Uma das principais funções atribuídas aos media é a de jornalismo de vigilância, ou como é mais conhecido o seu papel de *watchdogs*, tendo como princípio a exposição de qualquer tipo de abusos de poder (Curran, 2002). Aliás, Kelley e Donway (1990) referem-na como o principal papel democrático dos media sendo considerado um sinal claro da proteção da liberdade e absolutamente necessário em qualquer forma de governo. Apesar da importância dos media na função de *watchdog* e o seu papel na formação da opinião pública, surgem ainda referências à sua capacidade representativa da opinião pública e, que como agência de informação, podem ser vistos como lugar de debate (Curran, 2002). Para além disso, Heywood (2003) refere ainda que os media são importantes na promoção da educação política e facilitam o ativismo. Pickard (2020, pp.167) refere que “Any society that aspires to be a democracy must ensure the existence of reliable news and information systems.”

1.3. As funções e modelos dos Media

As funções dos media e a sua importância são inegáveis, mas o papel dos media, como sistemas de informação confiáveis, pode mesmo ser visto como uma infraestrutura essencial que qualquer democracia precisa para sobreviver (Pickard, 2020). Tendo isto em conta, torna-se importante analisar o que são os media e de que forma é que estes operam, principalmente para compreender se é prudente a atribuição de um papel democrático tão fundamental. Numa definição simplista, os media realizam uma comunicação diferida para uma audiência não definida, podendo a informação resultante da comunicação ser guardada, reproduzida ou vendida (Street, 2011). Análises mais completas têm como referência o contexto, como a proposta dos três modelos de Hallin e Mancini (2004), Modelo Polarizado e Pluralista, Modelo Democrático Corporativo e Modelo Liberal. Estes modelos, a partir de um critério geográfico, são também designados por Modelo Mediterrâneo, Modelo do Norte da Europa e Modelo do Norte Atlântico, respetivamente. Estes modelos foram baseados na assunção e referência a ligações sistémicas entre as estruturas políticas e culturais

com a organização dos media e o tipo de jornalismo (Hallin & Mancini, 2004). Os diferentes modelos são categorizados e padronizados através de nove critérios como a própria indústria dos jornais, o paralelismo com a política, a profissionalização dos jornalistas, o papel do estado nos media, a história política, o tipo de governos, o pluralismo individual ou organizado, o tipo de autoridade, se racional ou legal, e o papel do estado na sociedade (Hallin & Mancini, 2004).

O Modelo Polarizado e Pluralista encontra-se, de acordo com Hallin e Mancini (2004), em Portugal, Espanha, Itália, Grécia e França. Nestes países, o estado e os partidos têm uma forte intervenção na economia e na sociedade, incluindo nos media. Com exceção da França, as democracias são relativamente recentes, com uma frágil base de autoridade racional-legal, que se traduz em múltiplas divisões políticas e num papel importante dos partidos políticos (Curran, 2011). Nestes países há uma baixa circulação de jornais, com uma imprensa orientada para as elites e um grande paralelismo político, refletido numa ligação próxima entre a política e os media, com jornalismo de baixa profissionalização, orientado para o comentário (Hallin & Mancini, 2004).

O Modelo Democrático Corporativo é mais comum em países como a Áustria, a Bélgica, a Alemanha, a Suíça, a Noruega, entre outros. Estes países são democracias antigas com pluralismo organizado e moderado, onde há uma forte intervenção do estado na economia e na imprensa, mas com relativa proteção da liberdade da imprensa. Neste modelo verifica-se uma elevada circulação de jornais, existindo uma forte profissionalização do jornalismo (Hallin & Mancini, 2004).

Por fim, o Modelo Liberal pode ser encontrado nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá e Irlanda. Estes países procuram uma economia mais orientada pelo mercado e com menor intervenção estadista, sendo democracias antigas com menos pluralismo organizado que preferem a representação dos interesses mais individualizados (Hallin & Mancini, 2004). É um jornalismo orientado e dominado pelo mercado com uma maior profissionalização guiada pela norma da objetividade e autonomia (Curran, 2011).

Curran (2011) aponta algumas críticas à proposta dos três modelos, nomeadamente a omissão do papel de entretenimento dos media e a desvalorização da Internet. No

entanto, o autor refere que a proposta permanece pertinente, principalmente pela sua capacidade de demonstrar que os modos de jornalismo, os sistemas políticos e a organização dos media estão interconectados. Também Hallin e Mancini, em 2016, referiam que as diferenças entre modelos estavam progressivamente a diminuir e se caminhava para a utilização generalizada do Modelo Liberal, considerado pelos autores o modelo mais eficaz e eficiente. Esta homogeneização verifica-se, essencialmente, num afastamento entre as instituições dos media e a política, característica significativa e presente no Modelo Democrático Corporativo e no Modelo Polarizado e Pluralista (Hallin & Mancini, 2004). A diminuição do paralelismo entre política e media, considera-se positiva, principalmente porque procura garantir uma maior objetividade dos media perante a política e abusos de poder (Curran, 2011).

A perspetiva de que o Modelo Liberal se afigura como o melhor modelo para os sistemas de media parte da premissa de que caso os media sejam apoiados pelo estado, ou poder público, possivelmente perdem a capacidade de exercerem a função de jornalismo de vigilância (Curran, 2002). A ideia de dependência dos media em relação ao estado é reforçada por Curran (2002), por considerar que os sistemas de media altamente dependentes do estado podem, para além de não expor abusos de poder, passar até a servir o poder político. Também Heywood (2003) refere que a noção de que o governo e os media são sempre forças opostas, com o último a expor as falhas do primeiro, é enganadora e que os media já foram muitas vezes utilizados, indireta ou diretamente, pelo governo como máquina de propaganda. Este conceito de propaganda tem uma conotação bastante negativa, implicando distorções ou mentiras para controlar a opinião pública, dada a sua ligação com regimes como o regime Nazi. Tendo em conta a conotação do conceito, nas democracias atuais exclui-se a possibilidade de propaganda oficial e pode recorrer-se, para a manutenção do poder e da opinião pública favorável, ao realce do positivo e retração do negativo através de técnicas de controlo e disseminação da informação, denominado de *spin* (Heywood, 2003). A proximidade do poder político aos media, que ameaça os fundamentos da democracia representativa, acarreta ainda outra desvantagem de cariz muito prática: o custo avultado que

comporta (Pickard, 2020). Desta forma, a dependência dos media do estado e de financiamento público traz reconhecidas desvantagens associadas.

Por outro lado, a dependência dos media do mercado é também ela contestável porque, apesar de permanecer importante que os sistemas de informação sejam independentes da autoridade pública, é igualmente importante a sua independência da autoridade e interesses privados, para que possam manter a função de expor abusos de poder seja qual for a origem (Curran, 2002). Porém, a raiz do problema dos modelos de media baseados nos interesses privados é a incessante procura por lucros (Pickard, 2020). Por sua vez, as pressões económicas levam à procura de novas maneiras de captar a atenção da audiência e patrocínios para publicidade, colocando o foco em escândalos e polémicas de incompetência, descrédibilização ou até inércia, tornando a política muito personalizada, tendência normalmente denominada como *celebrity politics* (Heywood, 2003). E apesar de ser difícil definir uma linha entre crítica legítima e negatividade sistémica prejudicial, um foco na vida mais pessoal e nos escândalos políticos cria um ambiente mais cínico e prejudica, não só a confiança da população no seu sistema político, como também a democracia como um todo (Heywood, 2003).

O modelo económico que os media assumem é, possivelmente, uma das suas principais características, visto afetar diretamente a sua capacidade de moldarem a política e de cumprir competentemente os seus papéis democráticos (Street, 2011). Porém, é um tema complexo e que se divide em teorias distintas, e apesar de Hallin e Mancini (2004) considerarem o Modelo Liberal o melhor modelo de media, já em 2002, Curran referia que o melhor sistema de media era um forte sistema público, mas apenas se este fosse rodeado e influenciado pelo setor privado, pelo mercado social, pelo setor profissional e cívico, com particular referência à importância da independência dos sistemas de informação, quer do estado, quer do setor privado. Por sua vez, em 2020, Pickard referia que o colapso do jornalismo comercial era inevitável e que qualquer caminho para reinventar o jornalismo tinha de reconhecer que o mercado é o seu destruidor e não o seu salvador. O autor refere ainda ser muito difícil encontrar uma resposta que permita um desempenho dos media que se aproxime do papel que lhes é atribuído pela sociedade, acrescentando ser possível, se se libertar o jornalismo e a informação dos

imperativos comerciais criando alternativas públicas, que se desenhe um sistema de informação que sirva a democracia.

1.4. A relação dos Media e a Política

A relação dos media com a política tem duas dimensões distintas: por um lado há o poder sobre os media, que se exerce no que lhes é mostrado e reportado; por outro lado, há o poder dos próprios media, ou seja, a sua capacidade de alterar e influenciar a informação (Street, 2011).

No que respeita ao poder exercido pelos media, o conceito *agenda-setting* assume particular importância, tendo por base a ideia de que há uma ligação entre o foco que os meios de comunicação de massas dão a certos assuntos e a importância atribuída a esses assuntos pela população (McCombs & Shaw, 1972). Na literatura, são identificados três níveis diferentes de *agenda-setting*, o primeiro é a seleção dos objetos merecedores de atenção, o segundo a seleção dos atributos referentes aos objetos previamente definidos e, por fim, o terceiro nível o estabelecimento de associações entre os primeiros dois níveis (McCombs, 2004). Assim, de acordo com estes três níveis de *agenda-setting*, serão os assuntos sobre os quais os media focam a sua atenção, nomeadamente em campanhas eleitorais, os que se tornam mais importantes para os eleitores (Iyengar & Kinder, 1987). Dada a correlação assumida entre o que os media se focam e o que a opinião pública compreende como assuntos fundamentais, e tendo em conta a importância da opinião pública na democracia representativa, como anteriormente referido, a teoria de *agenda-setting* pode assumir um papel fundamental na sociedade democrática. Entman (2007) refere um risco significativo deste papel de *agenda-setting* dada a existência de um pequeno número de empresas de media que controla uma grande parte dos meios de comunicação, a sua influência na definição dos tópicos importantes para a opinião pública pode ser desmedida. Para além disso, uma maior dispersão de desinformação pode distorcer a capacidade dos media de *agenda-setting*, afetando assim a confiança na informação e potencialmente erodindo a opinião nas instituições democráticas (Garret & Week, 2017).

Relativamente ao poder exercido sobre os media, por parte do poder político, Louw (2005) explora o conceito de *spin-doctors*, que é já parte integrante dos processos políticos das democracias de massas. Os *spin-doctors* são profissionais especializados em gerir impressões e opiniões, tornando-se o elo entre os políticos e os jornalistas, através de uma eficaz instrumentalização dos media. Porém, estes profissionais de marketing e estratégia política surgem apenas como resposta a uma das principais necessidades das democracias modernas, o consentimento dos cidadãos e consequente legitimação do governo (Louw, 2005). Tal como já foi explorado anteriormente, para a manutenção do poder, em democracias de massas, é necessária uma opinião pública favorável e isso é possível de fabricar através de técnicas de *spin* (Heywood, 2003). Neste contexto político, os *spin-doctors* assumem um papel de máxima importância, com várias técnicas que lhes são reconhecidas, como a cuidadosa seleção da informação, o controlo das fontes de informação, a utilização de fugas de informação sem revelar a origem, informar apenas os meios de comunicação que lhes são mais favoráveis e ainda dar notícias menos favoráveis perto de eventos mais importantes para retirar alguma atenção (Heywood, 2003). Para além destas técnicas utilizadas pelos *spin-doctors*, uma das suas principais funções é a ligação com os media, nomeadamente os jornalistas. Nesta vertente do seu trabalho, os *spin-doctors* procuram facilitar e simplificar a vida do jornalista e, não podendo estar alheios ao contexto dos media e às suas dificuldades, utilizam também diferentes estratégias, como, por exemplo, fornecer, aos jornalistas, exclusivos que irão agradar os seus superiores ou entregar histórias a jornalistas mais pressionados procurando evitar uma rigorosa verificação das informações (Louw, 2005). Tendo isto em conta, nem sempre os *spin-doctors* conseguem colocar as suas histórias, definir agendas ou guiar os jornalistas, mas quanto mais orientadas para o lucro estiverem as empresas de media, reduzindo custos com jornalistas experientes e de investigação, em favor de um jornalismo mais rápido e sensacionalista, maiores serão as oportunidades de fenómenos destes se tornarem cada vez mais eficazes. Estas técnicas de *spin* são muito impopulares junto dos eleitores e criaram, através da sua utilização generalizada, um maior cinismo e desconfiança relativo aos políticos, aos *spin-doctors* e aos jornalistas. Apesar de se considerar que estes fenómenos retiram poder à

imprensa e prejudicam a confiança na democracia representativa, é ainda importante referir que a capacidade dos media de perturbar e romper performances políticas é maior do que a capacidade que as estruturas de *spin* têm de as controlar (Louw, 2005).

Para além dos spin-doctors, e como estratégia discursiva que pode ter um grande impacto nos media e na opinião pública surge o populismo. O populismo é referido como um dos desafios mais proeminentes para as democracias atuais (Osuna, 2021). Porém, a sua definição não é consensual e assume várias formas: Torre (2019) compreende o populismo como discursos políticos e estratégias que procuram a rutura dos sistemas institucionais, através da polarização da sociedade em dois campos antagónicos entre si; Brubaker (2017) refere-se ao populismo como uma retórica estilística e discursiva com pontos comuns; Mudde e Kaltwasser (2017) consideram o populismo uma ideologia, com dois parâmetros comuns: oposição entre “o povo” e “a elite” e a convicção na soberania popular acima de tudo o resto. A falha de consenso é motivada pelos vários papéis que o populismo pode assumir e, consequentemente, a diversidade de grupos que é considerada populista (Torre, 2019). De qualquer forma, o populismo é reconhecido por ser uma estratégia comunicativa articulada por atores políticos e que define a política como uma matéria de interesses irreconciliáveis de dois atores, sendo isso que une as diferentes formas de populismo (Waisbord, 2019). Assumindo o populismo como estratégia discursiva, os partidos populistas são considerados prejudiciais para as democracias, principalmente pela visão antipluralista das pessoas e pela construção antagónica e de confronto da política (Torre, 2019). A maturidade das democracias influencia o impacto dos populismos, em sistemas democráticos mais institucionalizados a democracia parece ter sobrevivido à chegada ao poder dos partidos mais populistas, mas viu as suas instituições desfiguradas e assistiu a uma quebra da esfera pública mais inclusiva (Torre, 2019).

Tendo em conta as consequências do populismo na democracia, a sua forte presença na Europa, para além de ser uma realidade inegável, é também uma preocupação, principalmente pelos efeitos que perdurarão nas democracias europeias (Rivero, 2019). Pela proximidade geográfica e possíveis semelhanças com o caso português, em Espanha o Vox assume esta onda de partidos populistas de extrema-direita. Olivas

Osuna (2021; 2024) analisou o discurso do Vox de acordo com cinco categorias que permitem uma análise compreensiva do populismo, representação antagónica da sociedade, moralidade, construção da sociedade, soberania e liderança. Com base nestes critérios, o autor apresenta as principais características encontradas no partido Vox. Assim, o discurso do Vox é muito crítico face aos grandes partidos espanhóis e aos imigrantes, propondo assim uma divisão e um confronto entre o povo e estes seus inimigos. Dado o desafio interno da Catalunha em Espanha, o Vox refere muitas vezes a integridade territorial e internamente aponta os independentistas catalães como principal inimigo. As vozes neste partido, sugerem medidas mais restritivas, como políticas anti-imigração e o fim de agências europeias, cargos e instituições. Este partido chega mesmo a defender o fim da televisão pública. O autor acrescenta que a desmoralização dos políticos, instituições e grupos sociais é uma constante no discurso do Vox. O partido da extrema-direita espanhola também defende uma sociedade tradicional e cristã, opondo-se à ideologia de género, ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo. No entanto, no que se refere à dependência de um líder carismático, o seu líder, Abascal, afasta-se desse papel, presente em outros partidos europeus da mesma família política.

Portugal acompanhou esta tendência europeia, sendo referido por Marchi (2024) que o partido Chega incorporou, em Portugal, a vaga de populismo de protesto que estava a espalhar-se pelo Ocidente, nomeadamente pela Europa, nas últimas duas décadas.

1.5. O caso Português

“A 25 de abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas, coroando a longa resistência do povo português e interpretando os seus sentimentos profundos, derrubou o regime fascista.”

Constituição da República Portuguesa

A democracia portuguesa é ainda uma democracia recente, celebrando, neste ano de 2024, meio século de existência. Em 1974, no dia 25 de abril, um golpe militar, sem derrame de sangue, eliminou um regime autoritário com mais de 40 anos (Lobo et al, 2017). Porém, enquanto a extinção do regime autoritário de direita foi extremamente

rápida e completa, a implementação de processos democráticos e a consolidação da democracia foram extraordinariamente demorados (Gunther, 2002). A transição democrática portuguesa é caracterizada por um período de elevada incerteza sobre o futuro, justificável também por Portugal ser o primeiro país a implementar uma democracia na terceira onda de democratização de Huntington, não havendo quaisquer modelos previamente estabelecidos (Gunther, 2002). Durante este período de elevada incerteza cresceu a importância política do Movimento das Forças Armadas e a presença dos militares no regime político veio a condicionar de forma significativa os primeiros anos do novo sistema político português (Lobo et al., 2017). A presença dos militares no período revolucionário, 1974 a 1976, acabou por levar a uma radicalização e polarização da sociedade portuguesa, mas também dos próprios militares, surgindo em 1975, a 25 de novembro, um contragolpe da ala mais moderada que afastou os radicais de esquerda (Lobo et al., 2017). Essa radicalização centrava-se sobretudo na natureza do regime político, acabando por minimizar outras divisões sociais e políticas junto do eleitorado, que só diminuiu de intensidade em 1976 com a aprovação da Constituição Portuguesa e a realização das primeiras eleições legislativas e presidenciais (Lobo et al., 2017). A Constituição Portuguesa de 1976, é um documento de compromisso entre os principais atores políticos, partidos e militares, do período revolucionário, de 1974 a 1976, sendo também caracterizada pelas circunstâncias políticas e históricas, nomeadamente o ascendente da esquerda face ao anterior regime autoritário de direita e a clivagem relativa à futura natureza do regime (Lobo et al., 2017). Porém, apenas em 1982, com a revisão da Constituição Portuguesa, é que a democracia portuguesa se encontrava em conformidade com a maioria das definições processuais democráticas (Gunther, 2002). A revisão de 1982 surge num contexto muito distinto, com o declínio do poder dos militares, dos ativistas mais revolucionários e da esquerda no geral, tendo como principais objetivos circunscrever os poderes do Presidente da República e extinguir o Conselho da Revolução (Lobo et al., 2017). De forma mais detalhada, a escolha pelo regime semipresidencialista deveu-se à ascensão temporária dos militares e ao Conselho da Revolução, que era um organismo com amplos poderes e de configuração exclusiva das Forças Armadas, desta forma o principal objetivo da revisão

da Constituição Portuguesa de 1982 foi afastar os militares do sistema político (Lobo et al., 2017). Apesar da evolução e das revisões constitucionais, Braga da Cruz, em 2017, referia ainda que “A nossa transição, de um socialismo revolucionário, que se substituiu ao autoritarismo conversador, para uma democracia plena é, ainda hoje, uma transição inacabada.” (Braga da Cruz, 2017: pp.59).

A transição democrática foi incerta e demorada, mas que impacto terá tido na forma como se estabeleceu o sistema partidário português? Passados 50 anos de democracia, quais as suas principais variações e tendências? Em 1974 e até 1985 existiam quatro partidos, o Partido Comunista Português (PCP), o Partido Socialista (PS), o Partido Social Democrata (PSD) e o Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP). Para se compreender melhor a instabilidade política que se vivia nos primeiros anos democráticos, de 1975, data das primeiras eleições, a 1980, o governo era alterado a cada 12 meses (Gunther, 2002). Ou seja, nos primeiros dez anos da democracia portuguesa (1974 a 1985), houve dez governos portugueses com diversas coligações dos quatro partidos portugueses. Porém, uma das características centrais do sistema partidário português, que surgiu como uma consequência do período de transição, e durou até 2015, foi a exclusão continuada do PCP, pelas suas posições mais radicalizadas, impossibilitando as coligações à esquerda (Jalali, 2017). Esta realidade gerou assimetrias na formação de governos com maioria parlamentar, com um enviesamento do sistema partidário para a direita, porque das 12 legislaturas, entre 1976 e 2015, sete apresentaram maiorias à esquerda e apenas uma resultou num governo maioritário (e apenas porque o Partido Socialista obtivera sozinho essa maioria absoluta). Por outro lado, das cinco legislaturas com maiorias à direita, todas deram em governos maioritários porque quando o PSD não obteve a maioria absoluta coligou-se com o CDS e Partido Popular Monárquico (PPM), em 1979 e 1980 pela Aliança Democrática (coligação de PSD, CDS e PPM), e em coligações pós-eleitorais com o CDS em 2002 e 2011 (Jalali, 2017).

É nas eleições de 1985 que surge, pela primeira vez, um novo partido com elevada expressão eleitoral, o Partido da Revolução Democrática (PRD) que procurava disputar o eleitorado de esquerda e assumir-se como nova força política da esquerda moderada

(Fernandes, 2024). Estas eleições legislativas demonstraram elevados níveis de fragmentação do sistema partidário, com as eleições a serem ganhas pelo PSD, de Cavaco Silva, com 30,6% dos votos e o PS com 21,3%, ou seja, os dois grandes partidos portugueses tiveram nestas eleições pouco mais de 50% dos votos e o PRD, nas suas primeiras eleições, obteve cerca de 18% dos votos. Nas eleições de 1987 e 1995 registaram-se também elevados níveis de volatilidade eleitoral, mas com uma tendência diferente, resultante da fragmentação política sentida (Jalali, 2017). De forma algo abrupta, os eleitores portugueses, nas eleições de 1987, concentraram o seu apoio eleitoral no PSD e no PS, produzindo a quinta mudança mais maciça de votos na Europa Ocidental desde 1945 (Gunther, 2002). Estas eleições de 1987 representaram a passagem para um período de estabilidade, deixando para trás elevados níveis de polarização e instabilidade política, passando a assistir-se a modelos políticos de competição e alternância entre os dois partidos, ou blocos partidários, mais centrais (Sanches, 2024). Ou seja, a volatilidade de 1987 e 1995 é sobretudo a consolidação de mais um dos padrões identificados por Jalali (2017), nomeadamente a dimensão de competição entre PS e PSD. Nestes casos, a volatilidade eleitoral reflete a alternância entre os dois partidos num sistema partidário consolidado e não é sintoma de qualquer tipo de desestabilização (Jalali, 2017). Nas mudanças de sentido de voto do eleitorado português, que, por exemplo, em 1995 atribuiu a maioria absoluta ao PS após duas legislaturas de maioria absoluta do PSD, foi possível compreender que após a consolidação democrática e dada a natureza do período de transição já explorado, o resultado foi um eleitorado português centrista e bastante sensível a fatores políticos de curto prazo (Lobo et al., 2017).

O sistema partidário português tem sido mais estável do que os dos outros países do sul da Europa (Lisi et al., 2020). A ideia de estabilidade deve-se principalmente à maneira como o sistema português se comportou durante a grande crise financeira de 2008, onde países como a Grécia e Espanha sofreram uma maior instabilidade pelo aparecimento de novos partidos (Sanches, 2024). De qualquer forma, nas eleições legislativas de 2009 foi a primeira vez em duas décadas que o PS e o PSD conseguiram, juntos menos de 70% dos votos, com o Partido Socialista a perder cerca de meio milhão

de votos (Lobo et al., 2017). Após essas eleições surgiu um governo minoritário de esquerda que não cumpriu o mandato até ao fim, tendo sido convocadas novas eleições que, em 2011, substituíram os socialistas por uma maioria de direita formada pelo PSD e o CDS. As medidas de austeridade, características do período de intervenção financeira, levaram a que nas eleições seguintes os partidos de governo, PSD e CDS, fossem significativamente castigados pelo eleitorado (Sanches, 2024). O fator distintivo de Portugal para os restantes países do sul da Europa foi que, nos outros países surgiram no poder novos partidos e ideologias políticas, enquanto em Portugal, nas eleições de 2015, foi o PS que formou governo e os dois grandes partidos portugueses mantiveram a maior concentração de votos (Sanches, 2024). Apesar de se ter notado um declínio dos dois principais partidos portugueses nas eleições pós-resgate, é também importante referir que a sua votação foi significativamente mais alta e resiliente do que nos outros países resgatados, com o sistema português a evitar momentos eleitorais de grande instabilidade (Jalali, 2017).

As eleições de 2015 foram um marco no sistema político português por outros fatores para além desta importante amostra de resiliência. Apesar da estabilidade mantida pelo sistema partidário português, de 2009 até 2015 verificou-se um nível de fragmentação crescente e os resultados eleitorais demonstravam uma erosão do apoio aos dois principais partidos contribuindo assim para uma configuração parlamentar inédita (Jalali, 2017). A principal característica distintiva dos resultados parlamentares era que a lista mais votada, Portugal à Frente (PàF), encontrava-se no bloco político da direita, enquanto a maioria parlamentar era de outro bloco político, a esquerda. O Presidente da República deu posse ao XX Governo Constitucional, governo este minoritário e de coligação PSD e CDS (Jalali, 2017). Apesar da maioria de esquerda, uma coligação entre os partidos desse bloco político nunca tinha acontecido desde o início da democracia, o que sugere que as dificuldades de coligação à esquerda seriam políticas e não institucionais (Freire, 2017). Este desequilíbrio no sistema partidário português era visto como um problema fundamentalmente de elites, que pouco dizia aos eleitores e que seria necessário resolver, para aumentar as alternativas eleitorais, preservar o sistema proporcional e o modelo de compromissos político-partidários proporcionando assim

uma melhoria da qualidade política portuguesa (Freire, 2017). Em 2015, a 26 de novembro, após rejeição do governo anterior pelo PS, Bloco de Esquerda (BE), PCP-PEV e Partido Pessoas, Animais e Natureza (PAN), surge o XXI Governo Constitucional, um governo minoritário que conta com um acordo de viabilização da maioria parlamentar da esquerda (Jalali, 2017). Após quase 50 anos de democracia, quebra-se uma das principais tendências verificadas no sistema partidário português e António Costa, primeiro-ministro do XXI Governo Constitucional, refere, em 2015, numa entrevista ao *Financial Times* “É como se estivéssemos a deitar abaixo o resto do muro de Berlim” (Sousa, 2015). A fragmentação partidária, as políticas de austeridade, que iam além do programa inicial da *Troika*, a movimentação do PSD para a direita e as preferências populares foram alguns dos motivos políticos que propiciaram este acordo entre a esquerda portuguesa (Freire, 2017). Para tornar este acordo possível, com a pretensão de reverter o caminho da austeridade, os partidos mais radicais de esquerda fizeram um caminho que se revelou fundamental (Sanches, 2024). Assim, o Bloco de Esquerda, partido de extrema-esquerda que surge em 1999, vê-se obrigado a mudar de estratégia após pesada derrota em 2011 e pressão pelo aparecimento, em 2014, do LIVRE, partido que defendia o acordo. O Bloco de Esquerda, escolhe o caminho da convergência, preterindo o do protesto. Também o PCP, se inclina para a convergência parlamentar para afastar as medidas de austeridade que tão significativamente feriram a sua base de eleitorado (Sanches, 2024). Este acordo significava que, pela primeira vez, a direita portuguesa coligada, nomeadamente PSD e o CDS, não conseguia um governo maioritário. As eleições de 2015 constituíram, de facto, um marco decisivo e inédito na democracia portuguesa (Jalali, 2017).

A solução governativa de 2015 determinou o fim de um dos padrões mais antigos da democracia portuguesa, que vinha desde 2009 a sofrer da erosão do outro grande padrão do sistema partidário português, o apoio eleitoral concentrado no bloco central. Com esta nova solução, Portugal entrava numa fase de novos contextos políticos e também de novos partidos políticos. Apesar de Jalali (2017) referir que três eleições, 2009, 2011 e 2015 não eram suficientes para poder afirmar que havia um claro declínio sistemático dos dois principais partidos e uma fragmentação eleitoral próxima dos

padrões da primeira década da democracia portuguesa, frisava também que este declínio coincidia com um contexto de crescente pressão sobre os sistemas partidários na Europa e que os maiores desafios à estabilidade do sistema partidário português poderiam estar à sua frente. Lisi, em 2015, referia que Portugal era uma exceção no panorama europeu, pelo não aparecimento de novos partidos de direita que trouxeram, nos restantes países europeus, mudanças radicais aos tópicos mais salientes da opinião pública. Uma das razões apontadas prende-se com o facto da imigração não ser um assunto relevante para a sociedade portuguesa, sendo que a integração das políticas portuguesas deveria servir como exemplo para o resto da Europa, e que não havia uma boa liderança na direita radical em Portugal, capaz de agregar as forças fragmentadas. Em 2015, o cenário político estava mais diversificado com o aparecimento de novos partidos à esquerda, porém nenhum partido populista ou antissistema tinha emergido e uma rutura profunda do sistema partidário português parecia muito improvável (Lisi, 2015).

O que se observa em 2024, após três momentos eleitorais (2019, 2022 e 2024)? Estarão os dois grandes partidos portugueses a perder o seu apoio eleitoral? A fragmentação eleitoral é uma realidade cada vez mais idêntica à instabilidade sentida nos primeiros anos democráticos? E estará o sistema partidário português distante de uma profunda rutura? Começando pelas eleições de 2019, estas são marcadas por cenários políticos inéditos para o sistema partidário português, mas que acompanham as tendências europeias. Os resultados das eleições de 2019 ditaram um crescimento, face a 2015, do PS, com uma vitória próxima da maioria absoluta (Freire, 2024). Reforçando as tendências de volatilidade e fragmentação, surgem três novos partidos no parlamento, um na esquerda liberal, LIVRE, e dois na direita, a Iniciativa Liberal (IL), dos economicamente liberais e o Chega (CH), partido da extrema-direita (Sanches, 2024). Os comunistas sofrem uma derrota eleitoral, passando de 17 para 12 deputados, e não mostraram vontade de reeditar o acordo com o PS. O BE manteve o número de deputados e mostrou-se disponível para um acordo parlamentar por escrito, porém com algumas condições (Freire, 2024). Inicialmente foi referido pelo PS que o objetivo era repetir o que aconteceu em 2015, porém nunca existiu uma significativa negociação com

os bloquistas e a opção de um acordo por escrito colapsou. Desta forma, o PS governou dependendo da esquerda ou da direita, essencialmente do PSD, para passar legislação (Freire, 2024). Por sua vez, o espectro político da direita enfrentou um contexto político e um nível de fragmentação inéditos, com o aparecimento da Iniciativa Liberal, a colocar-se no espaço político entre PSD e CDS, e o Chega, considerado um partido de extrema-direita, a eleger pela primeira vez na história da democracia portuguesa um deputado desta família política (Dennison et al., 2020). Apesar de tudo isto, o sistema partidário português manteve-se estável nos seus elementos essenciais, porque os dois maiores partidos juntos mantinham mais de 60% dos votos (Sanches, 2024).

Esse governo minoritário não durou toda a legislatura e, portanto, foi necessário ir a eleições antecipadas em 2022. A procura pela estabilidade eleitoral ditou, em 2022, a maioria absoluta aos socialistas, abrindo-se assim um novo ciclo que deixava para trás a cooperação entre os partidos de esquerda (Monteiro et al, 2022). Por outro lado, o BE, o PCP e o PAN sofreram pesadas derrotas, 19 para 5 deputados, 12 para 6 deputados e 4 para 1 deputado, respetivamente. Estes três partidos, foram três dos quatro maiores derrotados das eleições de 2022, com o Bloco de Esquerda a ser o mais atingido com 255.421 votos perdidos, seguido do CDS que perdeu 132.661, tendo, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, desaparecido do parlamento (Monteiro et al., 2022). Os grandes vencedores dessas eleições foram os socialistas, com a conquista da maioria absoluta, o Chega, que passou de um deputado, em 2019, para 12 deputados, tornando-se a terceira força política no parlamento português e ainda a Iniciativa Liberal (IL) que passou de um a oito deputados. Tendo tudo isto em conta, mesmo com a maioria absoluta dos socialistas, o cenário político demonstrava uma significativa fragmentação partidária e uma maior distância ideológica com um acrescido grau de polarização partidária. Com a eleição e crescimento do Chega, este partido tornou-se o centro do debate político e dos media. O seu líder, André Ventura, apostou numa estratégia de radicalização do discurso, com argumentos antissistema, que incluíam referências a uma Quarta República e a uma profunda revisão constitucional com vista a um sistema presidencialista e com algumas posições polémicas, como a pena de prisão perpétua, a castração química, ataques contra minorias étnicas e a privatização dos

sistemas públicos de saúde e educação (Alves et al., 2023). A consolidação do Chega em apenas dois anos é impulsionada pelo novo contexto político do parlamento português, especialmente com a realidade vivida pela direita, na qual o PSD enfrentava uma crise de identidade, com resultados baixos, o CDS a desaparecer do parlamento e a IL a afastar-se da direita mais radical. Restava apenas ao Chega o aproveitamento desse espaço político, sendo o único a proclamar a identidade de direita mais radical (Alves et al., 2023). Apesar do claro aumento da fragmentação eleitoral e uma significativa polarização ideológica, o centro do sistema partidário, PS e PSD, manteve-se estável e aumentou percentagem de votos e número de deputados eleitos em comparação a 2019 (Monteiro et al., 2022).

A perspetiva após as eleições de 2022 seria de uma governação estável durante os quatro anos seguintes, com uma maioria absoluta do PS, que começou a governar em 2015, e que se perspectivava durar até 2026, ou seja mais de 11 anos de governação socialista. Porém, devido a suspeitas de corrupção levantadas pela Procuradoria-Geral da República, o Primeiro-ministro António Costa apresentou a sua demissão, considerando que o exercício do cargo não era compatível com as suspeitas em causa (Tavares, 2023). Em 2024, o resultado das eleições foi bastante distinto do resultado atingido em 2022, com a reedição da coligação Aliança Democrática (AD – PSD, CDS e PPM) a ganhar as eleições por dois deputados, face a um PS que teve uma derrota eleitoral muito significativa, perdendo mais de 40 deputados. Com o declínio do PS, a esquerda reduz significativamente a sua votação, desta forma o eleitorado português concentra-se à direita pela primeira vez desde 2019. Como mostra a Figura 1, as eleições de 2024 são uma completa viragem das tendências anteriores e apesar da AD poder declarar vitória e formar governo, o partido que mais subiu na votação foi o Chega, conseguindo 50 deputados e uma votação superior a 18%.

Com as eleições de 2024 assiste-se a um novo cenário no sistema partidário português, com a esquerda a apresentar um grande nível de fragmentação, em que cinco partidos disputam o eleitorado, mas é na direita que os cenários são completamente inéditos. O Chega torna-se o primeiro partido, para além do PS e do PSD, a atingir a marca dos 50

deputados e é a primeira vez, no sistema partidário português, que existe uma maioria parlamentar à direita, mas é formado um governo minoritário pela AD.

Eleições 2024			Eleições 2024		
Partidos	Votação (%)	Deputados	Bloco Político	Votação (%)	Deputados
AD	28,84%	80	Esquerda	40,64%	92
PS	28%	78	Direita	51,85%	138
CH	18,07%	50	Central	56,84%	158
IL	4,94%	8			
BE	4,36%	5	Abstenção	40,16%	
PCP	3,17%	4			
L	3,16%	4			
PAN	1,95%	1			

Eleições 2022			Eleições 2022		
Partidos	Votação	Deputados	Bloco Político	Votação	Deputados
PS	41,37%	120	Esquerda	52,93%	133
PSD	29,09%	77	Direita	41,18%	97
CH	7,18%	12	Central	70,46%	197
IL	4,91%	8			
BE	4,40%	5	Abstenção	48,58%	
PCP	4,30%	6			
PAN	1,58%	1			
L	1,28%	1			

Eleições 2019			Eleições 2019		
Partidos	Votação	Deputados	Bloco Político	Votação	Deputados
PS	36,34%	108	Esquerda	56,60%	144
PSD	27,76%	79	Direita	34,56%	86
BE	9,52%	19	Central	64,10%	187
PCP	6,33%	12			
CDS	4,22%	5	Abstenção	51,43%	
PAN	3,32%	4			
CH	1,29%	1			
IL	1,29%	1			
L	1,09%	1			

Figura 1 – Resultados oficiais por partido, bloco político e abstenção das eleições de 2019, 2022 e 2024

Ou seja, a recusa do líder da AD, Luís Montenegro, em formar acordos com o Chega traz uma nova realidade que marca uma viragem face ao contexto político anterior, passando de um desequilíbrio do sistema partidário à esquerda, para uma direita

fragmentada que não consegue formar soluções maioritárias. Desta forma, uma das principais tendências da democracia portuguesa é não só desfeita, com o acordo de 2015 entre as esquerdas, como é possível que, em 2024, se possa observar o seu contrário, uma assimetria do sistema partidário com enviesamento para a esquerda. Porém, pode haver uma diferença bastante significativa entre as impossibilidades de acordo da esquerda e da direita. Como referido anteriormente, a divisão entre as esquerdas era um problema mais percecionado como de elites, que não refletia a vontade dos eleitores, enquanto a divisão na direita, nomeadamente a possibilidade de coligação com o Chega, parece, de acordo com uma sondagem ICS/ISCTE feita para o Expresso e SIC sobre as eleições de 2024, ser uma possibilidade que não agrada a cerca de 64% dos eleitores do PSD (Dinis et al., 2024).

Para além disso, o bloco central, apenas pela terceira vez nos 50 anos de democracia portuguesa, ficou abaixo dos 60%, registando 56,84%, o valor mais baixo a seguir aos 50,7% registados em 1985. Em 2024, o contexto político e o sistema partidário português enfrentam uma polarização ideológica com vários espectros políticos, uma fragmentação política com cerca de 8 partidos (sabendo que uma dessas forças políticas é uma coligação) e cenários de relativa ingovernabilidade que podem levar o país a níveis de instabilidade política próximos dos que foram sentidos nos primeiros anos democráticos. Os resultados eleitorais demonstram algumas tendências novas e não se pode negar que os últimos atos eleitorais trouxeram ruturas com padrões que duravam há muitos anos na democracia portuguesa. Os próximos anos serão fundamentais para compreender se se está perante uma rutura profunda relativamente aos primeiros 50 anos da democracia portuguesa. De qualquer forma, os resultados eleitorais de 2019, 2022 e 2024 parecem validar o que Jalali (2017) referia: os maiores desafios à estabilidade do sistema partidário português poderão estar ainda pela sua frente.

2. Metodologia

Em 2019, o sistema partidário português sofreu uma mudança repentina com a eleição para o parlamento de André Ventura, deputado do Chega, considerado um partido populista de direita radical (Marchi & Lisi, 2021). Esta mudança foi claramente consolidada nas eleições legislativas de 2024, com o partido de André Ventura a eleger 50 deputados. Uma maior compreensão do contexto político atual implica o estudo do estilo comunicativo e das estratégias discursivas do Chega, especificamente na sua possível vertente populista.

Para ser possível analisar de forma multidimensional o discurso do Chega e as suas vertentes populistas, este estudo terá por base uma metodologia mista, através de uma análise de conteúdo de natureza quantitativa e uma análise de discurso de natureza qualitativa.

A amostra deste estudo são as notícias dos jornais Correio da Manhã e Público de 15 de janeiro a 8 de março de 2024. Para a seleção dos dois jornais referidos foram considerados os seguintes critérios: a circulação digital e impressa no primeiro trimestre de 2024 e o estilo jornalístico.

No primeiro trimestre de 2024, período no qual decorreram as eleições legislativas de 10 de março de 2024, os dois jornais diários portugueses mais lidos foram o Público e o Correio da Manhã. Como é possível observar na Tabela 1, no 1º trimestre de 2024, período da amostra, o Público teve no total, circulação digital e impressa, mais de 60 mil jornais vendidos e o Correio da Manhã, no total, quase 40 mil jornais vendidos.

	1º TRIMESTRE		
PUBLICAÇÃO	CIRCULAÇÃO	CIRCULAÇÃO	
	DIGITAL PAGA	IMPRESSA PAGA	TOTAL
Correio da Manhã	2626	37121	39747
Público	51299	10234	61533

Tabela 1- Dados de 2024 da Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação

Para além de serem os jornais diários mais vendidos, são também dois jornais com estilos editoriais distintos. O Público é associado a um jornalismo de referência, especialmente na forma como os temas são tratados, a qualidade do texto e a imagem gráfica do jornal (Lima, 2022). Por sua vez, ao Correio da Manhã atribui-se um pendor sensacionalista, nos elementos discursivos das manchetes e apesar de não ser considerado um tabloide puro, apresenta traços editoriais que evidenciam essa tendência (Lima, 2022).

O período selecionado teve em consideração o período de cobertura jornalística das eleições legislativas de 2024, definido pela Comissão Nacional de Eleições, ou seja, a partir de 15 de janeiro até 8 de março de 2024.

A análise dos jornais seguirá duas abordagens diferentes: análise de discurso e a análise de conteúdo. Na análise de discurso o significado é fluído e a realidade é construída através de métodos de interpretação, enquanto na análise de conteúdo o significado é fixo e reflete a realidade de forma objetiva (Hardy et al., 2004).

Na análise de conteúdo procurar-se-á identificar se existem diferenças significativas na cobertura e no destaque dado ao partido Chega, entre os dois jornais diários portugueses mais lidos, tentando responder à primeira questão de investigação:

- Q1 - Haverá diferenças significativas nos dois jornais diários mais vendidos em Portugal, relativamente ao destaque dado ao Chega na campanha eleitoral das eleições legislativas de 2024?

Na análise de discurso pretende-se estudar traços discursivos identificativos de estratégias populistas e dar resposta a duas questões de investigação:

- Q2 – É possível identificar estratégias populistas utilizadas pelo Chega no seu discurso na campanha das eleições legislativas de 2024?
- Q3 – Haverá proximidade nas estratégias discursivas populistas utilizadas pelo Vox em Espanha e as utilizadas pelo Chega em Portugal?

Na análise quantitativa, através de uma análise de conteúdo, pretende-se estudar e comparar os dois jornais diários mais lidos em Portugal, Correio da Manhã e Público, relativamente à cobertura dada em termos quantitativos ao partido Chega. Os 108 jornais serão analisados de acordo com três categorias:

1. Referência à primeira página

- Manchete
- Título
- Destaque fotográfico
- Caixa
- Rodapé
- *Lead*

2. Tipo de publicação

- Notícia
- Reportagem
- Entrevista
- Editorial
- Crónica
- Artigo de opinião

3. Dimensão física do texto

- Entre um quarto e um terço de página
- Meia página
- Uma página
- Mais de uma página e até duas páginas
- Três ou mais páginas

No final desta análise, pretende-se comparar os dois jornais de acordo com estas categorias para uma compreensão quantitativa do destaque dado tanto pelo Correio da Manhã como pelo Público.

Relativamente à análise qualitativa, será feita uma análise de discurso, com uma abordagem multidimensional de acordo com uma metodologia recente, relativa à identificação de fenómenos de populismo, nomeadamente no que respeita à sua categorização (Osuna, 2021). Esta análise incidirá sobre a presença de discurso direto e indireto proferido pelo líder do Chega, André Ventura, ou por outros membros do partido. Nos 108 jornais, que constituem a amostra deste estudo, serão alvo de análise: as reportagens, notícias, entrevistas, os artigos de opinião e os títulos focados no Chega e seus atores políticos. As reportagens, notícias e entrevistas servirão principalmente para compreender o discurso dos líderes políticos do Chega. Os artigos de opinião permitirão uma melhor compreensão dos tipos de características populistas com maior ressonância no público e, por fim, os títulos serão analisados pelo seu carácter distintivo de destaque.

Esta análise será feita de acordo com a metodologia proposta por Olivas Osuna (2021), que propõe cinco categorias que refletem traços distintivos do populismo: 1. Representação antagónica da sociedade, 2. Moralidade, 3. Construção da Sociedade, 4. Soberania, 5. Liderança.

1. Representação antagónica da sociedade

A representação antagónica da sociedade é considerada uma das principais características do discurso populista, nomeadamente propagando uma representação das pessoas, o povo, contra os outros, normalmente associado à elite (Olivas Osuna, 2021). Existe um consenso relativamente a esta categoria, sendo referido por Wodak (2019) que os populistas procuram criar uma dicotomia entre dois grupos, o primeiro é descrito como bom, inocente e trabalhador, o outro grupo é representado como corrupto, criminoso e injustamente privilegiado. Este segundo grupo pode ser a elite e os poderosos, mas também os imigrantes e as minorias (Olivas Osuna, 2021). Nesta categoria, Olivas Osuna (2021) descreve também como comportamentos populistas, a rejeição de política, legal ou/e económica do sistema e a referência à necessidade de mudanças radicais. Para analisar se o Chega tem esta categoria presente no seu discurso, foram desenvolvidas, de acordo com a metodologia referida anteriormente, três questões:

- Existe uma visão antagonista da política- “nós contra eles” ou “o povo contra a elite ou os outros – migrantes, minorias”?
- Existe uma rejeição política, legal ou económica do sistema?
- Existe a referência a mudanças radicais, nomeadamente através de termos militaristas?

2. Moralidade

Outro traço comum do populismo é a sua associação com uma moral e normativa interpretação do povo em oposição a outro grupo, sendo que os populistas se consideram parte da comunidade que é moral, únicos defensores do bem comum e os representantes do povo. Para além desta visão sobre si e os povos, o discurso populista procura desqualificar, ridicularizar e invalidar mais os seus oponentes políticos, do que os próprios argumentos (Olivas Osuna, 2021). Assim como na categoria anterior, propõem-se duas questões para identificar esta vertente populista:

- Existe uma interpretação moral dos políticos, com distinção moral de superioridade e inferioridade?
- É questionada a legitimidade dos outros atores políticos?

3. Construção da sociedade

A terceira categoria a analisar e identificada como estratégia discursiva populista é a visão histórica antipluralista e incorreta, com foco numa identidade coletiva homogénea (Olivas Osuna, 2021). A idealização homogénea da sociedade resulta num discurso de exclusão de todos os que não se encaixam nessa mesma idealização, algo que vai contra as noções modernas da democracia baseadas em diversidade e pluralidade (Olivas Osuna, 2021). Para uma melhor identificação de traços discursivos desta categoria, foram também desenvolvidas duas perguntas:

- Existe a idealização da sociedade, focando na identidade e patriotismo do povo?
- Existe ênfase nas diferenças que existem com o grupo de “outros”, com recurso a reivindicações de exclusão?

4. Soberania Popular

A soberania popular é uma ideia central no populismo, sugerindo a supremacia da vontade das pessoas acima de qualquer instituição legal ou política (Osuna, 2021). É considerado que não deve ser imposto qualquer limite à vontade popular e esta conceção leva a um apoio de instrumentos de democracia direta, como, por exemplo, referendos (Osuna, 2021). Para identificar esta categoria no discurso do Chega propõem-se as duas perguntas seguintes:

- Existe referência a instrumentos de democracia direta?
- Existe referência à supremacia da vontade da maioria sobre leis, direitos de minorias e instituições?

5. Liderança

Os movimentos populistas emergem, muitas vezes, com líderes carismáticos, sendo que há ocasiões em que o nome do movimento está associado ao líder (Osuna, 2021). Estes líderes são considerados como os salvadores do povo, capazes de discernir e articular a vontade popular (Osuna, 2021). Para identificar esta última categoria, neste caso em particular, no líder do partido Chega, André Ventura, surgem duas questões:

- Existe referência ao líder político como a voz do povo e que representa a sua vontade?
- Existe um foco nas ações, decisões e ideais do líder?

Osuna (2021) refere que não é obrigatória a presença das cinco categorias na identificação do discurso populista, especificando que uma liderança carismática, última categoria, não é indicador exclusivo de populismo. Salvaguarde-se que, neste estudo, não se pretende identificar ou definir se o Chega é, ou não um partido populista, mas sim se utiliza estratégias discursivas que podem ser identificadas como populistas. Importa também referir que esta metodologia foi aplicada, pelo autor Olivas Osuna, relativamente ao partido Vox de Espanha, partido de extrema-direita e da mesma família política que o Chega, e que ao longo da análise e discussão de resultados será feita a comparação devida das características populistas discursivas.

3. Apresentação e Discussão de Resultados

3.1. Análise de Conteúdo

Q1 - Haverá diferenças significativas nos dois jornais diários mais vendidos em Portugal, relativamente ao destaque dado ao Chega na campanha eleitoral das eleições legislativas de 2024?

Durante a análise dos jornais tornou-se necessário proceder à definição de mais critérios para tornar a análise de conteúdo ainda mais sistematizada e objetiva. O primeiro critério definido foi a não contabilização de publicações com menos de um quarto de página, por se considerar que estas não se encaixam num perfil de destaque. Além disso, a maioria das publicações mais pequenas estava inserida em publicações gerais de campanha e não de destaque ao Chega em concreto. Neste sentido também não foram contabilizadas as publicações relativas a sondagens ou à campanha em geral, bem como as referentes às eleições legislativas regionais dos Açores, que decorreram a 4 de fevereiro de 2024, uma vez que não se consideraram como publicações de destaque ao partido em estudo. Assim, as publicações contabilizadas são referentes ao Chega como principal objeto das notícias, artigos de opiniões, editoriais, reportagens, entrevistas e crónicas e maiores que um quarto de página.

Categoria 1 – De 15.01.2024 a 08.03.2024		
Referência à 1ª Página	Público	Correio da Manhã
Manchete	-	-
Título	-	-
Destaque Fotográfico	2	-
Caixa	-	-
Rodapé	-	-
Lead	3	4

Tabela 2 – Análise de Conteúdo: Categoria 1

Relativamente à primeira categoria - Referência à primeira página, verificou-se, como se pode observar na Tabela 2, que o Público fez cinco chamadas à primeira página e que o Correio da Manhã fez quatro chamadas à primeira página. Há uma diferença a realçar,

pois enquanto as chamadas à primeira página do Correio da Manhã foram sempre através de um lead, no Público, duas das cinco chamadas foram através de destaque fotográfico.

Como é possível observar na Tabela 3, relativamente à segunda categoria – Tipo de publicação, no Público verificaram-se, nos 54 dias, 41 publicações com o foco no Chega, enquanto no Correio da Manhã se identificaram, no mesmo período, cerca de metade das publicações, num total de 20. É também importante analisar que no Público, em 41 publicações, há uma grande preponderância de notícias e artigos de opinião, que juntos representam cerca de 80%. O Correio da Manhã tem uma disposição semelhante, com as notícias e os artigos de opinião, a representarem 75% das publicações, porém neste caso são as notícias que assumem maior preponderância com metade do total de publicações referenciadas. A grande distinção nestes valores é a diferença entre o número de publicações do Público e do Correio da Manhã, com o Público a apresentar o dobro do valor.

Categoria 2 – De 15.01.2024 a 08.03.2024				
Tipo de Publicação	Público		Correio da Manhã	
Notícia	41	17	20	10
Reportagem		4		0
Entrevista		1		1
Editorial		2		4
Crónica		0		0
Artigo de Opinião		17		5

Tabela 3 -Análise de Conteúdo: Categoria 2

Relativamente à terceira categoria, Dimensão Física, considerou-se pertinente realizar uma análise conjunta com a segunda categoria. Como é possível perceber pela Tabela 4, nos dois jornais, a maior concentração de publicações ocorre nas duas menores dimensões físicas de texto. O Correio da Manhã não tem nenhuma publicação com mais de uma página e tem mais de metade das publicações com meia página. Relativamente às publicações com uma página, o Público apresenta uma frequência de 13, enquanto o Correio da manhã apresenta apenas duas publicações, diferença muito significativa.

Categoria 3 – De 15.01.2024 a 08.03.2024		
Dimensão Física do Texto	Público	Correio da Manhã
Entre 1/4 a 1/3 de página	13	6
Meia página	10	12
Uma página	13	2
Uma página a duas páginas	3	-
Três ou mais páginas	2	-

Tabela 4 - Análise de Conteúdo: Categoria 3

3.2. Análise de Discurso

Procurando responder à Questão de Investigação e tendo em conta que os dois jornais são, como referido anteriormente, distintos em termos de género jornalístico, é possível concluir que existe uma diferença significativa no destaque dado pelos jornais, principalmente pela segunda e terceira categorias. O Público apresenta o dobro das publicações que o Correio da Manhã no mesmo período e, para além disso, apresenta ainda publicações com uma dimensão de texto superior às identificadas no Correio da Manhã. Desta forma, apesar de não ser possível retirar conclusões relativas ao destaque diário dado em períodos diferentes, pode-se concluir que, no período de campanha para as eleições legislativas de 2024, o jornal Público deu mais protagonismo e destaque ao Chega do que o Correio da Manhã.

Q2 – É possível identificar estratégias populistas utilizadas pelo Chega no seu discurso na campanha das eleições legislativas de 2024?

Q3 – Haverá proximidade nas estratégias discursivas populistas utilizadas pelo Vox em Espanha e o Chega em Portugal?

Para concretizar a análise de discurso os requisitos foram também moldados de acordo com as questões de investigação previamente definidas. As publicações, à semelhança da Análise de Conteúdo, relativas às eleições regionais legislativas dos Açores não foram contabilizadas. No entanto, todos os textos sobre o Chega, relativamente às eleições legislativas de 2024, são referidos e analisados de acordo com as categorias do populismo previamente definidas. Para além disso, considerou-se importante assinalar

onde é que as categorias estavam presentes, nomeadamente se era discurso citado de algum dos líderes do Chega, se estava presente no título, em notícia, em editorial ou em artigos de opinião. Foi ainda contabilizada a quantidade de vezes que era associada a palavra populismo ou populista ao Chega, e posteriormente se era em notícia, reportagem, entrevista, editorial ou em artigos de opinião.

Assim, analisaram-se 86 textos, 55 do Público e os restantes 31 do Correio da Manhã. Apesar dos critérios serem diferentes, seguem as mesmas tendências verificadas na Análise de Conteúdo anterior, com o Público com mais destaque do que o Correio da Manhã. A leitura da tabela 5 permite constatar que também há diferenças assinaláveis, com o Público a apresentar, em média, 601 palavras por texto comparativamente com as 221 do Correio da Manhã.

Comparação de textos analisados			
Público		Correio da Manhã	
Total de Textos	Palavras	Total de Textos	Palavras
55	33082	31	6841
Média	601	Média	221

Tabela 5 - Caracterização dos textos analisados

Relativamente à análise do discurso do Chega e de André Ventura, a partir das categorias propostas por Olivas Osuna (2021) verifica-se, como se pode observar na Tabela 6, que a categoria mais vezes identificada foi a categoria número 1 - Representação Antagónica da Sociedade. Um dos principais traços discursivos do populismo é a divisão da sociedade e verificou-se efetivamente uma preponderância do discurso “nós contra eles” e “os outros” e referências a mudanças radicais. Para além disso, foi também identificada uma forte presença da categoria número 2 – Moralidade relativamente ao discurso do Chega, com a grande maioria dessas referências a serem relativas a questões de legitimidade de outros atores políticos.

Categorias do Populismo	Público	Correio da Manhã	Perguntas - Referência	Público	Correio da Manhã
1. Representação Antagónica da sociedade	35	6	1.1. Existe uma visão antagonista da política - “nós contra eles” ou “o povo contra a elite ou os outros- migrantes, minorias?	17	1
			1.2. Existe uma rejeição política, legal ou económica do sistema?	5	-
			1.3. Existe a referência a mudanças radicais, nomeadamente através de termos militares?	13	5
2. Moralidade	22	9	2.1. Existe uma interpretação moral dos políticos, com distinção moral de superioridade e inferioridade?	2	2
			2.2. É questionada a legitimidade dos outros atores políticos?	20	7
3. Construção da Sociedade	6	2	3.1. Existe a idealização da sociedade, focando na identidade e patriotismo do povo?	1	2
			3.2. Existe ênfase nas diferenças que existem com o grupo de “outros”, com recurso a reivindicações de exclusão?	5	-
4. Soberania Popular	1	0	4.1. Existe referência a instrumentos de democracia interna?	-	-
			4.2. Existe referência à supremacia da vontade da maioria sobre leis, direitos de minorias e instituições?	1	-
5. Liderança	7	3	5.1. Existe referência ao líder político como a voz do povo e que representa a sua vontade?	4	-
			5.2. Existe um foco nas ações, decisões e ideais do líder?	3	3

Tabela 6 - Análise de Discurso: Resultados por categorias

É importante referir que para a análise comparativa entre os dois jornais é preciso considerar estes valores tendo em conta as especificidades dos textos analisados. Assim, de forma cumulativa, no jornal Público são identificadas 71 referências de discurso populista comparativamente às 20 do Correio da Manhã, o que sugere que existem mais do triplo de referências a estratégias discursivas populistas no Público do que no Correio da Manhã. Porém, tendo em conta as diferenças significativas já apresentadas, procurou-se apurar qual a incidência das categorias de discurso populista por palavras. Os resultados revelam que enquanto o Público apresenta, em média, uma referência a discurso populista a cada 465 palavras, o Correio da Manhã apresenta a cada 342

palavras. Face a este indicador é possível considerar que o Correio da Manhã apresenta uma maior incidência de discurso populista, comprovando assim a importância de acrescentar, na análise comparativa dos dois jornais, este indicador ao invés de explorar apenas valores cumulativos.

A Figura 2 demonstra uma maior presença das categorias populistas a partir do dia 25 de fevereiro de 2024, dia de começo oficial da campanha para as eleições legislativas de 10 de março. Convém também referir que a maior incidência nos primeiros dias da amostra pode, em parte, ser explicada pelo comício do Chega que decorreu no dia 15 de janeiro de 2024. Importa mencionar que o dia 16 de fevereiro de 2024 apresenta o maior valor, com seis referências no Público e duas no Correio da Manhã, este facto deve-se essencialmente à presença de uma crónica, no jornal Público, que aborda o discurso do Chega e na qual se identificaram diversas referências a categorias de discurso populista.

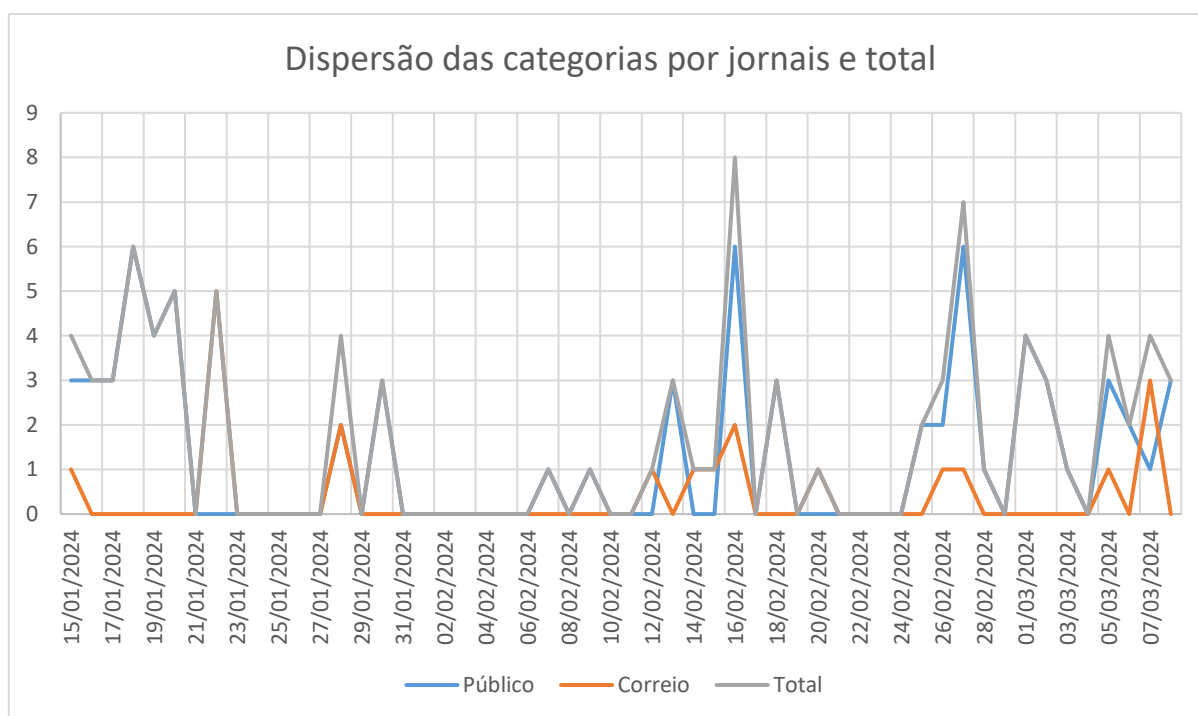


Figura 2 – Figura de Dispersão da presença das categorias por jornais e no total

3.1.1. Análise de Discurso: Por Categorias

O traço mais comum nos discursos populistas é o representado na categoria um, Representação Antagónica da Sociedade. Os resultados desta primeira categoria podem ser observados na tabela 7, a partir de três perguntas descritas anteriormente na tabela 6.

Representação Antagónica da Sociedade	Público			Correio da Manhã		
	1.1	1.2	1.3	1.1	1.2	1.3
Discurso do Chega	7	2	11	-	-	4
Artigo de Opinião	10	3	2	1	-	1
Total			35			6
Referência por palavras			945			1140

Tabela 7 - Análise Discursiva: Categoria 1

O discurso de André Ventura e do Chega, apresenta estratégias populistas de divisão da sociedade e isso encontra-se refletido nos jornais. No Público, é referido num artigo de opinião “(...) o Chega intensifica potenciais conflitos (...): entre o povo e a comunidade cigana, entre os portugueses e os imigrantes, entre quem é de bem e a comunidade LGBTQI+ ou entre os cidadãos e os políticos que, já se sabe, são todos corruptos”. André Ventura assume, frequentemente, como slogan da campanha “Portugal precisa de uma limpeza. Reforçando essa ideia, André Ventura, num segmento presente no Correio da Manhã, escreve “No próximo dia 10 dêem-me uma oportunidade para limpar Portugal”, afirmações que se enquadram na categoria 1, concretamente na pergunta 1.3.

A visão antagónica da sociedade é uma constante no discurso do Chega e do seu líder, especialmente em duas dicotomias: o povo contra as elites, especificamente os políticos, e os portugueses contra os imigrantes. Nesta categoria existe uma grande proximidade com o partido de extrema-direita espanhol, Vox, que por sua vez, critica principalmente os grandes partidos espanhóis e dirige bastantes críticas aos imigrantes, sugerindo medidas mais restritivas (Olivas Osuna, 2021). Porém, o Vox assume também pretensões de eliminar agências europeias, eliminar cargos e instituições,

nomeadamente a supressão da televisão pública, acusando ainda os independentistas catalães de serem o inimigo interior, dimensão não presente na sociedade portuguesa (Olivas Osuna, 2021). Não se identificaram todas estas categorias na cobertura jornalística da campanha do Chega, nem no discurso dos seus dirigentes, nem nos artigos de opinião ou editoriais. Assim, apesar de haver semelhanças entre o Chega e o Vox nesta categoria, principalmente nas principais dicotomias e nos que são considerados os grandes inimigos do povo, há também diferenças, nomeadamente a questão dos independentistas catalães, o discurso contra as entidades europeias e contra a televisão pública. Este tipo de discurso não foi identificado no Chega, pois, apesar das críticas aos meios de comunicação, não há referência nos textos analisados à sua extinção.

Entre o Público e o Correio da Manhã é possível observar uma certa semelhança, com a identificação da categoria um a ser predominantes em ambos, observando-se apenas uma maior presença no Público, não só cumulativamente, mas também por palavras. Para além disso, identificaram-se referências para todas as questões (1.1, 1.2, 1.3) no Público enquanto no Correio da Manhã não foi encontrada nenhuma referência para a pergunta 1.2. Desta forma, pode-se concluir que relativamente à primeira categoria, foi no jornal Público que se encontrou mais vezes este tipo de discurso.

No que respeita ao discurso relativo à segunda categoria, Moralidade, é possível observar na Tabela 8 que foi frequentemente identificado nas publicações.

Moralidade	Público		Correio da Manhã	
	2.1	2.2	2.1	2.2
Discurso do Chega	2	15	2	6
Notícia	-	2	-	-
Artigo de Opinião	-	2	-	-
Títulos	-	1	-	1
Total		22		9
Referência por palavras		1504		760

Tabela 8 - Análise de Discurso - Categoria 2

De salientar que ocorreu especialmente nos momentos finais de campanha. É importante referir que a grande maioria das publicações identificadas ocorreram no

discurso direto de dirigentes do partido, essencialmente de André Ventura. Numa das publicações do Público, André Ventura refere-se a Rui Tavares como sendo o tipo de político que “vendiam a mãe se fosse preciso para se manterem no poder” e a Mariana Mortágua como “a personificação, o símbolo, a expressão do que é a fraude e a burla que é a extrema-esquerda”. No entanto, foram os líderes do PS e PSD os maiores alvos deste tipo de discurso, com André Ventura a referir-se, por exemplo, a Luís Montenegro como “prostituta política”. As referências aos outros líderes políticos de forma insultuosa foram predominantes e refletiram-se em artigos de opinião e títulos de notícia do Público, nomeadamente “Tem também o hábito de insultar, interromper de fazer uma espécie de bullying aos adversários.”, e “Ventura a ser Ventura numa campanha sempre a malhar”, respetivamente. No Correio da Manhã houve também referências a estes momentos discursivos de André Ventura, como, por exemplo, em referência a Pedro Nuno Santos “ministro das trapalhadas, é o ministro da bagunça, é o ministro da confusão, da desautorização.” ou, em referência a um assalto à caravana do PS, “É irónico que os que andam a assaltar o País há anos sejam também assaltados.”.

O discurso do Chega apresenta, nesta segunda categoria, semelhanças com o partido espanhol Vox, no que diz respeito à desqualificação moral dos políticos, instituições, grupos sociais, imigrantes e partidos mais à esquerda (Osuna, 2021). O Chega apresenta também referências às instituições e aos grupos sociais, essencialmente aos imigrantes, porém o destaque claro do Chega para a campanha legislativa de 2024 foram os ataques recorrentes aos outros líderes políticos com exponencial crescimento e incidência nos dias finais da campanha.

Nos dois jornais verificou-se a preponderância das referências ao discurso direto do Chega e também a significativa incidência de referências na questão 2.2. – É questionada a legitimidade dos outros atores políticos?. Apesar, de cumulativamente, o Público ter mais referências, 22, se for analisado o indicador por palavras é possível ver que a incidência é maior no Correio da Manhã, apresentando uma referência a este tipo de estratégia discursiva a cada 760 palavras face às 1504 do Público.

Na categoria três - construção da sociedade, presente na Tabela 9, o discurso populista destaca uma ideia romantizada e anti-pluralista da população (Olivas Osuna, 2021).

Construção da Sociedade	Público		Correio da Manhã	
	3.1	3.2	3.1	3.2
Discurso do Chega	-	2	-	-
Artigo de Opinião	1	3	2	-
Total		6		2
Referência por palavras		5514		3421

Tabela 9 - Análise de Discurso: Categoria 3

Neste estudo identificaram-se algumas referências relativas a esta categoria, porém importa realçar que foram em artigos de opinião e não tanto no discurso direto de André Ventura, como é possível observar na Tabela 9. No Público foram identificadas, principalmente, referências à questão 3.2 - Existe ênfase nas diferenças que existem com o grupo de “outros”, com recurso a reivindicações de exclusão? Um exemplo é, num artigo de opinião, a referência que o Chega tem como tendência “(...) identificar os inimigos internos e externos que devem ser expulsos na comunidade”. Já no Correio da Manhã a identificação foi essencialmente relativa à questão 3.1 - Existe a idealização da sociedade, focando na identidade e patriotismo do povo?, sendo referido num artigo de opinião “(...) Ventura histrionicamente agarrado à bandeira nacional a pedir que a ‘honrem’”.

O Vox, partido espanhol da família do Chega, define uma conceção tradicionalista e cristã da sociedade espanhola, opondo-se à ideologia de género e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo em nome da proteção da família natural, adotando um discurso anti-imigração, com proposta de deportação (Olivas Osuna, 2021). O Chega de André Ventura demonstra-se contra a ideologia de género, com referências a medidas tomadas no anterior governo e com o líder a proclamar o fim das verbas para a ideologia de género. No entanto, não existe no seu discurso no período da campanha eleitoral das legislativas de 2024, uma referência constante ao tema.

Relativamente aos imigrantes, predomina o discurso de culpabilização, sendo mesmo designados como inimigos do país. André Ventura chega a defender a atribuição da nacionalidade apenas “a quem tem efectivamente uma ligação ao nosso país.”. Apesar de não se poder afirmar que no discurso do Chega esta terceira categoria tem maior

dimensão, existem, de forma mais contida, algumas referências e semelhanças com o Vox.

Em relação à categoria 4 – Soberania Popular, os resultados presentes na Tabela 10 revelam que é a menos prevalente no discurso do Chega, durante o período em estudo. Existe em alguns artigos de opinião a referência a uma moderação do Chega neste aspeto, mencionando momentos anteriores em que André Ventura defendeu uma mudança radical da Constituição e de algumas instituições políticas. A única frase identificada foi no Público: “Quem manda é o povo e não as elites que nos governam”.

Soberania Popular	Público		Correio da Manhã	
	4.1	4.2	4.1	4.2
Discurso do Chega	-	1	-	-
Total		1		-
Referência por palavras		33082		-

Tabela 10 - Análise de Discurso: Categoria 4

Também no Vox não se encontra, nesta categoria, uma forte tendência discursiva (Olivas Osuna, 2021), havendo assim uma aproximação entre os dois partidos. Esta foi a categoria populista menos identificada e que por isso não assumiu particular relevância no discurso político do Chega.

A última categoria da estratégia discursiva populista aqui estudada e representada na Tabela 11, é a dependência de um líder carismático.

Liderança	Público		Correio da Manhã	
	5.1	5.2	5.1	5.2
Discurso do Chega	2	1	-	1
Notícia	1	1	-	-
Editorial	-	-	-	1
Artigo de Opinião	1	1	-	1
Total		7		3
Referência por palavras		4726		2280

Tabela 11 - Análise de Discurso: Categoria 5

Foram encontradas algumas referências relativas a esta categoria, como num artigo de opinião do jornal Público, onde se afirma “Ventura é o Chega e o Chega é Ventura”.

Também André Ventura se define a si e ao seu partido como “verdadeiros defensores da gente de bem”, enquanto um membro do partido admite “(...) Ventura é reconhecido como ‘pai fundador’ no sentido freudiano”. Esta dimensão do discurso populista está também presente no Correio da Manhã, num artigo de opinião onde se afirma que “O Chega não é bem um partido. É mais o megafone de André Ventura.”, ou num editorial com a descrição de que o Chega foi “criado em torno de um homem só”.

No que respeita a esta categoria, Olivas Osuna (2021) refere que no Vox, o líder Abascal não procura assumir o papel de líder carismático. Em Portugal, no partido da extrema-direita, com André Ventura, há de facto um destaque dado ao líder, mesmo em termos de presença nos jornais estudados, pois era André Ventura a assumir, na maioria das vezes, a comunicação do partido. Apesar disto, não houve uma clara predominância deste fator na campanha eleitoral e estava assumido, em muitos dos artigos de opinião, a importância de André Ventura e o seu papel no Chega, não sendo algo mencionado recorrente na campanha.

Relativamente aos jornais, o Público apresenta um maior valor no seu total, mas nas referências por palavras, o Correio da Manhã assume-se como o jornal com mais presença nesta categoria.

Para ser possível responder às questões de investigação é preciso analisar cada categoria por si e o contexto geral. Relativamente à segunda questão de investigação (Q2 - É possível identificar estratégias populistas utilizadas pelo Chega no seu discurso na campanha das eleições legislativas de 2024?), a resposta será sim, é possível afirmar que há estratégias populistas no discurso do Chega e com relativa frequência. Realça-se a importância das duas primeiras categorias (1 – Representação Antagónica da Sociedade e 2- Moralidade) que são, sem dúvida, as duas categorias mais presentes no discurso do partido de André Ventura. A presença da segunda categoria é preponderante nos dias finais de campanha, com ataques proferidos para os outros atores políticos, rivais de André Ventura nas eleições legislativas de 2024. No sentido contrário, no que diz respeito à quarta categoria, não houve qualquer referência a instrumentos de democracia direta e apenas uma referência identificada à soberania do povo, como estando acima de qualquer instituição política ou legal.

Relativamente à terceira questão de investigação (Haverá proximidade nas estratégias discursivas populistas utilizadas pelo Vox em Espanha e utilizadas pelo Chega em Portugal?), é possível referir que há, de facto, semelhanças entre o discurso do Chega e do Vox, nomeadamente na visão antagonista da sociedade e nos que são considerados inimigos do povo. Para além disso, há também pontos em comum na categoria relativa à Moralidade, apesar dos alvos do Chega serem preferencialmente outros líderes políticos e no Vox haver uma maior dispersão. É também possível observar parecenças na não utilização ou proclamação de instrumentos de democracia direta, havendo apenas, dos dois partidos, menções à soberania popular acima de qualquer instituição legal ou política. Porém, há também distinções importantes, algumas culturais e sociais, outras decorrentes da dinâmica dos próprios partidos. Assim, neste estudo foi possível compreender que o André Ventura é um ponto fulcral no Chega e assume um papel de liderança, o que não se verifica no Vox. Para além disso, na construção da sociedade é possível considerar o Chega um pouco mais moderado que o Vox, porque, apesar do partido português apresentar referências a construções antipluralista de exaltação dos portugueses e exclusão dos imigrantes, não houve proclamações contra o casamento de pessoas do mesmo sexo, nem referências à proteção da família natural. Porém, importa referir que este estudo é apenas relativo à campanha para as eleições legislativas de 2024 e não reflete posições passadas que o partido, ou André Ventura, possam ter assumido.

Apesar de não existir nenhuma questão de investigação relativamente à análise discursiva e à comparação entre jornais, é importante uma reflexão generalizada sobre as diferenças encontradas entre o jornal Público e o Correio de Manhã. Para tal, não serão considerados os valores da quarta categoria- Soberania, pelo reduzido número apresentado. No que respeita às outras quatro categorias, tendo em conta o indicador que verifica a incidência de referências a categorias populistas por número de palavras, verifica-se que o Correio da Manhã apresenta valores mais elevados em três categorias, com o Público a apresentar apenas um valor superior na primeira categoria - Representação Antagónica da Sociedade. Apesar da importância deste indicador, não se pode esquecer os valores cumulativos que são muito superiores no jornal Público, em

todas as categorias e na amostra em geral. A literatura, nomeadamente um estudo que analisou a presença do populismo nos meios de comunicação em diversos países da Europa de 1970 a 2010, refere que, observando percentualmente referências populistas entre jornais tabloide e jornais considerados pelos artigos de qualidade, são os jornais com um estilo mais sensacionalista que apresentam, em percentagem, uma maior presença de declarações populistas (Manucci & Weber, 2017). Porém, é também referido que se fosse analisada a quantidade, em vez da percentagem, a relação seria contrária e os jornais de maior rigor apresentam mais referências populistas (Manucci & Weber, 2017). Os resultados aqui apresentados acabam por estar em linha com essa tendência, uma vez que o Correio da Manhã é considerado um jornal mais sensacionalista e o Público um jornal mais rigoroso. Porém, há uma diferença que se verifica, visto que No entanto, Manucci e Weber (2017) indicam que as referências populistas são encontradas principalmente em editoriais e artigos de opinião e na amostra deste estudo foi no discurso direto do Chega que se encontraram mais referências populistas. Convém salvaguardar que a diferença aqui mencionada pode estar relacionada com diferentes escolhas metodológicas, nomeadamente o maior número de categorias de discurso populista e um maior foco no populismo de partidos de extrema-direita deste estudo.

Nº de vezes da palavra populista	Notícia	Reportagem	Entrevista	Editorial	Opinião
Público	7	2	-	3	33
Correio da Manhã	1	-	-	1	2

Tabela 12 - Nº de vezes da palavra populista/populismo

Para além disso, e como nota final da análise discursiva, dada a incidência de palavras como populismo (ou populista) associadas ao discurso do Chega e de André Ventura, procedeu-se à contabilização dessas mesmas referências. É possível observar na tabela 12 que as diferenças entre os dois jornais são bastante significativas, com o Público a apresentar valores bastante elevados, principalmente em artigos de opinião. Existe, de

facto, uma preponderância, no jornal Público, do populismo associado ao Chega, tendência não verificada no Correio da Manhã.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo contribuir para o conhecimento da cobertura mediática do Chega e das estratégias discursivas utilizadas. Procurou-se estudar a comunicação do Chega para as eleições legislativas de 2024 pelo seu resultado inédito, que veio alterar tendências históricas da democracia portuguesa.

A revisão literária procurou enquadrar o estudo realizado, nomeadamente através de uma estrutura que valoriza os conceitos teóricos da democracia, os fatores que a influenciam e a sua relação com os media. Para além disso, pretendeu-se, ainda na revisão literária, enquadrar o contexto político português, tendo por início a revolução democrática portuguesa e acompanhando os diversos momentos do seu sistema partidário, bem como as suas principais tendências. Procurou-se, com o enquadramento conceptual, demonstrar o quão importante é o estudo da democracia e dos fatores que mais a influenciam, mas, principalmente, enquadrar o resultado histórico das eleições legislativas de 2024 para o sistema democrático português.

O trabalho desenvolvido seguiu, com base na revisão literária, uma metodologia mista, que acrescentou um carácter de complementaridade ao estudo. Procedeu-se a uma análise de conteúdo para estudar o destaque dado pelos dois jornais portugueses, Público e Correio da Manhã, ao Chega. Assim, neste estudo, o Público apresentou mais publicações, com mais páginas e maior destaque dado ao Chega comparativamente ao Correio da Manhã, no período relativo à cobertura eleitoral das eleições legislativas de 2024.

Dada a preponderância do populismo nas democracias atuais, este trabalho procurou, através de uma análise de discurso, estudar as estratégias discursivas de carácter populista no Chega. Foi assim possível identificar categorias de discurso populistas, nomeadamente a forte presença da primeira categoria – Representação Antagónica da Sociedade, na qual o Chega faz a distinção entre o “povo” e a “elite” e os outros, normalmente associado aos imigrantes, e também da segunda categoria – Moralidade, observando-se fortes e frequentes ataques à moralidade de todos os outros candidatos. Em comparação com o Vox, partido espanhol da mesma família política, foi possível

identificar algumas semelhanças, nomeadamente na visão antagónica da sociedade e nos ataques à moralidade de outros atores políticos. Porém, existem também diferenças significativas entre os dois partidos, como a recusa dos independentistas catalães por parte do Vox e o papel assumido por André Ventura como figura principal do Chega, comparativamente ao líder do Vox, Santiago Abascal (Olivas Osuna, 2021).

Este estudo incidiu também na comparação entre a presença das categorias de discurso populista nos dois jornais, concluindo-se uma tendência muito semelhante a estudos anteriores: jornais de carácter mais sensacionalista apresentam uma maior presença de categorias populistas por percentagem de texto, sendo que, em termos absolutos, são os jornais de maior rigor que apresentam mais categorias populistas (Manucci & Weber, 2017). Porém, foram também detetadas algumas distinções face à literatura; por exemplo, neste estudo, a maioria das referências a discurso populista do Chega foram de discurso direto do próprio partido e não, como referido por Manucci e Weber (2017), em editoriais e artigos de opinião.

Para além disto, verificou-se também uma grande associação, no jornal Público, do discurso do Chega ao populismo, nomeadamente em artigos de opinião. Esta tendência não foi verificada no Correio da Manhã.

A principal limitação deste estudo é o foco exclusivo na campanha às eleições legislativas de 2024 e na cobertura mediática do partido Chega pelos dois jornais já referidos. A análise de conteúdo procurou estudar a cobertura mediática ao Chega, porém, não foi efetuado um estudo do tom dos próprios jornais, não podendo retirar-se outra conclusão que não apenas o destaque quantitativo aqui estudado. Para além disso, é importante reforçar que se trata de um estudo num momento temporal com determinado contexto político e que qualquer reflexão relativa aos resultados aqui referidos deverá ter isso por base.

Futuras investigações poderão assumir um carácter mais complementar com o estudo de outros canais de comunicação, inclusive canais do próprio partido, e também uma análise discursiva do tom dos próprios jornais. Para além disso, pode ser interessante

uma análise mais abrangente aos principais assuntos políticos que este partido trouxe para a opinião pública da sociedade portuguesa.

Tendo em consideração o impacto do Chega na democracia portuguesa e a sua presença mediática, este estudo pretendeu contribuir para uma compreensão mais alargada do seu estilo comunicativo. No ano em que a democracia portuguesa celebra 50 anos, o seu estudo continua, e continuará, a ser fundamental.

Referências Bibliográficas

- Alves, A. A. & Marchi, R. (2023) “The right and far-right in the portuguese democracy (1974 – 2022)”. Em: *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*. Oxford University Press.
- Braga da Cruz, M. (2017). *O sistema político português*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Cohen, Bernard C. (1963), *The Press and Foreign Policy*, Princeton, Princeton University Press.
- Coppedge, M., Gerring, J., Knutsen, C. H., Lindberg, S. I., Teorell, J., Altman, D., ... & Wilson, S. (2022). Varieties of Democracy (V-Dem) Project: Dataset v12. Gothenburg: V-Dem Institute, University of Gothenburg
- Coppedge, M., Gerring, J., Knutsen, C. H., Lindberg, S. I., Teorell, J., Altman, D., ... & Wilson, S. (2023). *Varieties of Democracy (V-Dem)* Project: Dataset v13. Gothenburg: V-Dem Institute, University of Gothenburg.
- Curran, J. (2011). *Media and Democracy*. Routledge.
- Curran, J. (2002). *Media and Power*. Routledge.
- Dahl, R. A. (1998). *On Democracy*. Yale University Press.
<https://doi.org/10.2307/j.ctv18zhcs4>
- Dalton, Russell J. and Farrell, David M. and McAllister, Ian, (2011). *The Dynamics of Democratic Representation: How Democracy Works*. APSA 2011 Annual Meeting Paper.
- Dinis, D., Dinas, R. & Rosa, S. M. (2024, 01 de fevereiro). Sondagem Expresso/SIC: 64% dos eleitores do PSD rejeitam acordo com Ventura. *Expresso* - <https://expresso.pt/politica/2024-02-01-Sondagem-Expresso-SIC-64-dos-eleitores-do-PSD-rejeitam-acordo-com-Ventura-7e666109>
- Dryzek, John S., Bonnie Honig, and Anne Phillips (eds), *The Oxford Handbook of Political Theory* (2008; online edn, Oxford Academic, 2 Sept. 2009).

- Entman, R. M. (2007). *Framing Bias: Media in the Distribution of Power*. Journal of Communication, 57(1), 163–173.
- Fernandes, T. (2024). "Patterns of Democratic Quality in Southern Europe, 1960s-2010s" Em: *Democratic Quality in Southern Europe*. University Of Notre Dame Press.
- Freedom House. (2022). *Freedom in the World 2022: The Global Expansion of Authoritarian Rule*. Freedom House. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2022/global-expansion-authoritarian-rule>
- Freedom House. (2023). *Freedom in the World 2023: Marking 50 Years in the Struggle for Democracy*. Freedom House. <https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2023/marking-50-years-struggle-democracy>
- Freire, A. (2017). "Sistemas eleitorais e reformas políticas em Portugal – uma perspetiva comparada" Em: *O Sistema Político Português - Uma perspetiva comparada*, Princípia Editora.
- Freire, A. (2023). "The Centre-left and the radical left in portuguese democracy" Em: *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*. Oxford University Press.
- Garrett, R. K., & Weeks, B. E. (2017). *Epistemic Norms and the Relevance of Truth in the Era of Fake News*. Journalism & Mass Communication Quarterly, 94(2), 524-548.
- Gunnell, J. (2011). *Democracy and the Concept of Public Opinion*. Publicado em: Edwards, George C., Lawrence R. Jacobs, and Robert Y. Shapiro (eds) (2011). *The Oxford Handbook of American Public Opinion and the Media*.
- Gunther, Richard (2002). *A democracia portuguesa em perspetiva comparada*. Análise Social, 37(162), 91-119.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). *Comparing Media Systems: Three Models of Media and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2016). Ten Years After *Comparing Media Systems*: What Have We Learned? *Political Communication*, 34(2), 155–171.
<https://doi.org/10.1080/10584609.2016.1233158>

Hardy, C., Harley, B. & Phillips, N. (2004). Discourse Analysis and Content Analysis: Two Solitudes?. Em *Qualitative Methods* (pp. 19–22).

Held, D. (2008). *Models of democracy*. Cambridge: By Polity Press.

Herre, B. (2022). *The world has recently become less democratic*. Publicado online em: OurWorldInData.org. Retirado de: '<https://ourworldindata.org/less-democratic>' [Online Resource]

Heywood, A. (2003). *Politics*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan.

Huntington, S. P. (1991). *Democracy's Third Wave*. Journal of Democracy, 2(2), 12-34.

Ignatieff, M. (2022). *The Politics of Enemies*. Journal of Democracy, 33(4), 5–19.

Iyengar, S., & Kinder, D. R. (1987). *News That Matters: Television and American Opinion*. University of Chicago Press.

Jalali, C. (2017). “O sistema partidário português: evolução na continuidade” Em: *O Sistema Político Português - Uma perspetiva comparada*, Princípia Editora.

Lima, H. (2022). *O jornalismo de imprensa no Portugal democrático*. Livros ICNOVA.

Lippman, Walter (1922). *Public Opinion*. Transaction Publishers.

Lisi, M. (2015). *Party Change, Recent Democracies, and Portugal*. Lexington Books.

Lisi, M., Sanches, E. R., & Maia, J. (2020). “Party System Renewal or Business as Usual? Continuity and Change in Postbailout Portugal.” Em: *South European Society and Politics* 25 (2): 179–203.

Lobo, M. C., Magalhães, P., Pinto, A. C. (2017). “A Democracia Portuguesa e as suas instituições políticas - uma introdução” Em: *O Sistema Político Português - Uma perspetiva comparada*, Princípia Editora.

Louw, P. E. (2005). *The media and political process*. SAGE Publications Ltd.

Lührmann, A., & Lindberg, S.I. (2019). *A third wave of autocratization is here: what is new about it?* Democratization, 26, 1095 - 1113.

Lundberg, F. (1929). *The Newspapers and Public Opinion*. The Macmillan Company.

- Kelley, D. and Donway, R. (1990) *Liberalism and free speech*. Publicado em: J.Lichtenberg (ed.) *Mass Media and Democracy*, New York: Cambridge University Press.
- Manucci, L. and Weber, E. (2017), *Why The Big Picture Matters: Political and Media Populism in Western Europe since the 1970s*. *Swiss Political Science Review*, 23: 313-334. <https://doi.org/10.1111/spsr.12267>
- Marchi, R. (2024). The new populist radical right in Portugal. Em Katherine Kondor & Mark Littler (ed), *The Routledge Handbook of Far-Right Extremism in Europe* (pp. 117-128).
- Marchi, R., & Lisi, M. (2021). Reinventing the radical right? The Portuguese case after the 2019 elections. Em Oscar Barberà (coord) (Ed.), *Facing the new far right in Southern Europe* (pp. 66–84). Coppieters Foundation e Fundació Nexé.
- Mendes, M. S. & Dennison, J. (2020). *Explaining the Emergence of the Radical Right in Spain and Portugal: Salience, Stigma and Supply*. Em: *West European Politics*. 44(4): 752–775.
- McCombs, M. (2004). *Setting the Agenda: The Mass Media and Public Opinion*. Polity.
- McCombs, M., & Shaw, D. L. (1972). *The Agenda-Setting Function of Mass Media*. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–187.
- McLean, I., & McMillan, A. (2009). *The Concise Oxford Dictionary of Politics*. Oxford University Press.
- Mill, J. S. (1861). *Considerações sobre um Governo Representativo*.
- Monteiro, M. & Pinto, R. L. (2022). *Eleições legislativas em Portugal (30 de Janeiro de 2022)*.
- Mudde, C. & Cristóbal R. K. (2017). *Populism: A Very Short Introduction*.
- Olivas Osuna, J. J. (2021), *From chasing populists to deconstructing populism: A new multidimensional approach to understanding and comparing populism*. *European Journal of Political Research*, 60: 829-853.

Olivas Osuna, J. J. (Ed.). (2021). *Populismo en España: Fundamentos Teóricos y Relatos Dominantes*. Tecnos.

Olivas Osuna, J. J. (2024). Populism and borders: Tools for constructing "the people" and legitimizing exclusion. In R. Wodak, M. KhosraviNik, & B. Mral (Eds.), *Right-wing populism in Europe & USA: Contesting politics & discourse beyond reason* (pp. 125-145). Bloomsbury Academic.

Pickard, V. (2020). *Democracy without Journalism? Confronting the Misinformation Society*

Przeworski, A., Stokes, S. C., & Manin, B. (Eds.). (1999). *Democracy, accountability, and representation* (Vol. 2). Cambridge University Press.

República Portuguesa. (2005). *Constituição da República Portuguesa* (7.ª revisão). Diário da República

Reynolds, A., & Reilly, B. (Eds.). (2005). *The International IDEA Handbook of Electoral System Design* (3rd ed). International Institute for Democracy and Electoral Assistance.

Rivero, Á. (2019). Populism and democracy in Europe. Em Carlos de la Torre (ed), *Routledge Handbook of Global Populism* (pp. 281-294).

Sanches, Edalina Rodrigues (2024). "Party Systems" Em: *Democratic Quality in Southern Europe*. University Of Notre Dame Press.

Sartori, G. (1987). *The Theory of Democracy Revisited*.

Street, J. (2011). *Mass Media, Politics and Democracy* (2nd ed). Palgrave Macmillan.

Sousa, G. (2015). "É como se estivéssemos a deitar abaixo o resto do muro de Berlim", diz António Costa. TSF: <https://www.tsf.pt/politica/e-como-se-estivessemos-a-deitar-abaixo-o-resto-do-muro-de-berlim-diz-antonio-costa-4833329.html/>

Tavares, P. (2023, 7 de novembro). António Costa: "Obviamente, apresentarei a minha demissão". Euronews: <https://pt.euronews.com/2023/11/07/chefe-de-gabinete-de-antonio-costa-detido-e-ministros-arquidos-apos-buscas-da-psp-em-sao-b>

Torre, C. de la (2019). Global Populism: histories, trajectories, problems, and challenges. Em Carlos de la Torre (ed), *Routledge Handbook of Global Populism* (pp. 221-233).

Waisbord, S. (2019). Populism as media and communication phenomenon. Em Carlos de la Torre (ed), *Routledge Handbook of Global Populism* (pp. 1-27).

Wodak, R. (2019). The Trajectory of Far-Right Populism – A Discourse-Analytical Perspective. Em *The far right and the environment* (pp.21-37). Routledge.